

Sumário

Número de notícias: 34 | Número de veículos: 18

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Classe média 'ganha' R\$ 22 bi com novo IR em ano eleitoral, mas perde em 2023..... 4

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Golpes com criptomoedas preocupam (Editorial)..... 7

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Saiba como esquema de pirâmide promete ganhos com bitcoins..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PGFN desiste de julgamento sobre stock options no STJ..... 11

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

Decisões do STF e as consequências para a economia (Artigo)..... 12

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

As reformas saem de cena..... 13

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Turbulência no congresso..... 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Em busca de "consertar narrativa", Campos vai à CoP 26..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Os ruídos fiscais na comunicação do BC - ALEX RIBEIRO..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária não dá voto - BRUNO CARAZZA..... 17

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Maior preocupação é com a inflação'..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma do IR: atentado silencioso à indústria naval - OPINIÃO JURÍDICA..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Deficit zero é improvável..... 20

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Não há liberdade sob medida (Artigo)..... 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Carros elétricos ganham espaço nas ruas..... 23

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

'É uma visão míope dizer que frota maior vai causar apagões' 27

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desconto na conta de luz vai para quem reduzir consumo entre 10% e 20% 28

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Delta desacelera ritmo da recuperação americana 29

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Contribuinte perde no Supremo e STJ teses de tributo sobre tributo 30

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Números assustam Bolsonaro 31

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Brasil, um vizinho tóxico 33

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Desafio para fechar as contas 35

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Aumento dos combustíveis assusta caminhoneiros e motoristas de apps - MERCADO S/A
..... 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Previsões estão fora da realidade 40

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
ECONOMIA

Ameaça de apagão (Editorial) 41

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Área minerada cresce seis vezes no Brasil 42

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
ECONOMIA

Partidos temem Bolsonaro mais autoritário após 7 de Setembro 45

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

A asfixia orçamentária da ciência (Editorial) 48

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

O "PIB" resolveu se posicionar contra os ataques à democracia (Artigo) 49

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Garimpo cresce em áreas protegidas, aponta estudo 50

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Nova alta deve acrescentar mais 0,33 ponto no IPCA 52

Segunda-Feira, 30 de Agosto de 2021

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Defesa vai na contramão e ganha mais espaço no investimento público..... 53

FOLHA DE S. PAULO - SP - AMBIENTE
POLÍTICA

Mineração em áreas protegidas cresceu 300% na última década..... 54

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

FHC, Sarney e Temer debatem terceira via e crise institucional..... 56

Classe média 'ganha' R\$ 22 bi com novo IR em ano eleitoral, mas perde em 2023

Bernardo Caram Danielle Brant

A reforma do IR (Imposto de Renda) proposta pelo governo de Jair Bolsonaro (sem partido) fará uma injeção direta de R\$ 22 bilhões no bolso da classe média em 2022, ano eleitoral. No ano seguinte, porém, o ganho deve ser reduzido quase pela metade porque cerca de R\$ 10 bilhões terão de ser devolvidos pelos contribuintes ao Tesouro.

Na reformulação das regras para as pessoas físicas, a correção da tabela do IR (benéfica ao contribuinte) já valerá no ano que vem se o projeto for aprovado até 31 de dezembro deste ano. Os assalariados terão menos imposto retido nos contracheques em 2022.

No entanto, especialistas apontam que apenas na declaração do ano seguinte passaria a valer a regra que limita o mecanismo do desconto simplificado.

Isso significa que na hora de fazer o ajuste do imposto em 2023 (referente aos rendimentos de 2022), quase 8 milhões de pessoas serão impedidas de fazer a declaração simplificada. Parte delas pagará mais imposto com a mudança, gerando um ganho anual de R\$ 10 bilhões ao governo.

O texto amplia a faixa de isenção do IR da pessoa física dos atuais R\$ 1.903,98 de renda mensal para R\$ 2.500. As outras faixas de tributação também são corrigidas, mas em proporção menor.

Para compensar parte do custo dessa medida, o governo propôs um teto para a declaração simplificada.

Hoje, o mecanismo dá desconto automático de 20% sobre os rendimentos tributáveis, com limite de R\$ 16.754,34 (correspondente a uma renda anual de R\$ 83.771,70).

Pela proposta, o direito a usar esse sistema será dado apenas a contribuintes com renda tributável anual de até R\$ 40 mil.

De acordo com o economista Rodrigo Orair, especializado em política fiscal e tributação, o efeito da reforma coincidirá com o ciclo político, colocando quase R\$ 22 bilhões nas mãos da classe média para reativar a economia em ano eleitoral.

Esse ganho será direto no contracheque do trabalhador, com desconto menor do imposto. Orair ressalta que, por outro lado, o ônus provocado pela restrição da declaração simplificada ficará apenas para o ano seguinte.

"São aqueles prejudicados pelo fim do modelo simplificado. Eles só descobrirão isso quando forem fazer a declaração de ajuste anual em 2023. Tarde demais, as eleições já passaram", diz.

Segundo o economista, o ganho com a correção da tabela do IR será maior do que a perda com o fim da declaração simplificada para a maioria das pessoas, com exceção de 2 milhões de contribuintes, que poderão pagar mais imposto com a mudança ou terão restituição menor.

De acordo com estimativas do economista, os trabalhadores formais com renda mensal de R\$ 6.600 até aproximadamente R\$ 8.400 serão os contribuintes com maior chance de serem prejudicados pelas mudanças.

Se essas pessoas não tiverem deduções adicionais a fazer na declaração do IR, passarão a pagar mais imposto.

O texto da reforma do governo, mantido pelo relator Celso Sabino (PSDB-PA), diz que a partir do ano-calendário de 2022 o desconto simplificado será liberado para aqueles contribuintes que, no ano-calendário, tiveram renda auferida de até R\$ 40.000.

A Folha enviou questionamentos à **Receita Federal** ao longo da semana passada, mas o órgão não esclareceu a questão.

Primeiramente, o fisco limitou-se a dizer que, "caso não haja redação expressa referente à anterioridade, o desconto valerá para 2022", mas não explicou se estava se referindo à manutenção do direito ou à sua limitação.

Novamente questionada, a Receita afirmou que "tudo depende de como será aprovado" e não deixou claro o momento de aplicação da medida proposta pelo governo. Procurada mais uma vez com pedido de esclarecimento, não respondeu.

Reservadamente, um dos formuladores da reforma do IR disse que está correta a avaliação de que o limite ao desconto simplificado apenas passará a valer na declaração de 2023, sobre os rendimentos do ano-calendário de 2022.

No entanto, as contas do governo sobre os efeitos da medida nas contas públicas considera que o impacto da limitação do desconto simplificado já será gerado no ano que vem.

Nota explicativa da Receita afirma que a economia com essa restrição será de R\$ 9,98 bilhões em 2022, R\$ 10,69 bilhões em 2023 e R\$ 11,41 bilhões em 2024.

O fisco também não disse se o impacto previsto para o ano que vem se refere ao conceito de competência, que considera a declaração de 2023 referente ao imposto devido em 2022.

Orair explica que o limite ao desconto simplificado não poderia valer já na declaração de 2022 porque ele se refere ao imposto devido em 2021. Essa possibilidade faria, na prática, com que contribuintes pagassem mais imposto relativo a um período anterior à reforma, o que não é permitido.

"A rigor, as mudanças no Imposto de Renda estão sujeitas ao princípio da anualidade. Só valem para o exercício seguinte, para o contribuinte se preparar. O ajuste de 2022 se refere ao ano-calendário de 2021. Logo, feriria o princípio da anualidade", afirmou.

O sócio tributário do escritório Demarest Carlos Eduardo Orsolon concorda com essa avaliação sobre o prazo de aplicação das medidas.

Para ele, a correção da tabela do IR passaria a valer em 2022, mas a limitação do desconto simplificado apenas seria efetivada na declaração de 2023.

Para o advogado, se o projeto for aprovado, o limite ao desconto simplificado terá efeito arrecadatário positivo, mas vai gerar impacto negativo aos contribuintes que serão obrigados a fazer a declaração completa.

Orsolon diz acreditar que haverá aumento de burocracia porque a declaração completa exige que a pessoa guarde um volume maior de documentos e comprovantes.

"Enquanto na simplificada você calcula um percentual da sua receita e esse é o valor que você deduz, na completa, para deduzir qualquer despesa, você tem de ter a prova. Tem de ter a prova da despesa com educação, da despesa médica. Senão você gastou,

mas não deduziu."

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49653&anchor=6440651&pd=ac50c808d3e0a62901fc0c0991835028>

Impacto da reforma do IR da pessoa física nas contas públicas

Em R\$ bi



Atual tabela do IR

Renda (R\$)	Alíquota (%)
Até 1.903,98	0
De 1.903,99 a 2.826,65	7,5
De 2.826,66 a 3.751,05	15
De 3.751,06 a 4.664,68	22,5
Acima de 4.664,68	27,5

Tabela do IR proposta

Renda (R\$)	Alíquota (%)
Até 2.500	0
De 2.500,01 a 3.200,00	7,5
De 3.200,01 a 4.250,00	15
De 4.250,01 a 5.300,00	22,5
Acima de 5.300,00	27,5

Direito ao desconto simplificado terá restrição

Hoje

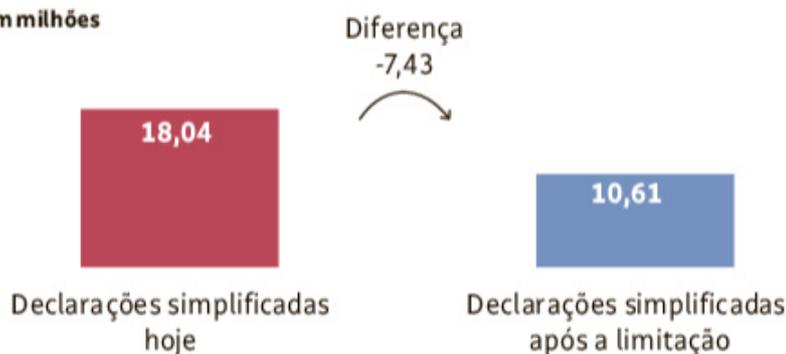
A declaração simplificada prevê desconto automático de 20% sobre os rendimentos tributáveis, com limite de R\$ 16.754,34 (correspondente a uma renda anual de **R\$ 83.771,70**)

Pela proposta

Esse mecanismo apenas poderá ser usado por contribuintes com renda tributável anual de até **R\$ 40.000,00**

Contribuintes que perderão desconto simplificado

Em milhões



Fonte: Receita Federal

Golpes com criptomoedas preocupam (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Saiba como esquema de pirâmide promete ganhos com bitcoins



Clayton Castelani

Investir em um ativo inovador e que garante retorno fixo a taxas muito superiores a quaisquer aplicações tradicionais e que, além disso, é acessível por meio de transações simplificadas e intermediadas por pessoas de confiança, como parentes e amigos.

Essa é a receita de um golpe centenário e que continua atraindo vítimas: a pirâmide financeira.

Na última quarta-feira (25), a Polícia Federal deflagrou uma operação para, segundo as investigações, desmontar um esquema milionário de pirâmide financeira que atraía investidores com a promessa de aplicações em criptomoedas.

Realizada em conjunto com a **Receita Federal** e o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) do Ministério Público Federal, a operação Kryptos prendeu o suspeito de organizar o suposto esquema, o empresário Glaidson Acácio dos Santos, responsável pela GAS Consultoria Bitcoin, com sede na Região dos Lagos (RJ).

A defesa de Santos nega a existência do esquema de pirâmide e garante que o retorno oferecido aos clientes é resultado da gestão eficiente realizada pela GAS no mercado de criptomoedas.

De acordo com o relato de uma cliente, que foi convencida a contratar a GAS por uma pessoa próxima à sua família, o retorno prometido é de 10% do valor total investido por mês, durante um período de 24 meses. Ao final desse prazo, a empresa afirma

que devolverá o valor aplicado.

No caso relatado à reportagem, um investimento realizado pela família há pouco mais de seis meses foi de R\$ 100 mil e, até o momento, os pagamentos estão em dia: R\$ 10 mil por mês.

Para a Polícia Federal, porém, os ganhos prometidos são insustentáveis, posição que é reafirmada por especialistas.

O retorno mensal de 10% em um período em que a taxa básica de juros (Selic) está em 5,25% ao ano é o principal sinal de que a aplicação é inviável, diz Mayra Lima, especialista em investimentos da corretora Guide.

O argumento da suposta aplicação em criptomoedas é eficiente para convencer leigos, segundo Lima.

"Estamos falando de um ativo que ainda não tem regulamentação no país, então, parece que é uma terra de ninguém", diz a especialista.

"Existem fundos que investem em bitcoin, mas quando a gente fala em renda variável, como é o caso da aplicação em criptomoedas, não é possível garantir retorno fixo porque não sabemos se elas irão continuar se valorizando", explica.

Se o retorno fixo de aplicações assim é impossível, como explicar que vítimas de esquemas do gênero recebam pagamentos em dia?

Esse enigma é explicado pelo esquema Ponzi, como ficou conhecido o sistema de pirâmide financeira operado nos Estados Unidos pelo imigrante italiano Charles Ponzi, na década de 1920.

O calote em pirâmides ocorre em algum momento ao menos para ao menos uma parte dos investidores - provavelmente aqueles que ingressarem por último-, afirma o especialista em investimentos Marcelo Cambria, professor e coordenador de pós-graduação da Fecap (Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado).

"No sistema da pirâmide financeira, a principal receita é a remuneração pela indicação de novos membros. As vítimas são atraídas pela oportunidade de aportar

recurso, ganhar lucros muito acima daqueles que são possíveis dentro das condições habituais do mercado", diz Cambria.

"Isso impressiona muito quem cai no golpe. É uma estrutura financeira que parece investimento, mas na prática não funciona desta forma já que não haverá recursos para todos em um eventual saque generalizado de todos os integrantes. É um produto que promete e não entrega, porque ele é baseado em crescimento permanente da base: quem entra financia os participantes mais antigos mas, como não gera rendimento, a estrutura não se sustenta", afirma.

Áudio pede que colaboradores acalmem clientes

Áudios e comentários de supostos consultores da GAS Consultoria Biteoin circularam em redes sociais pedindo aos colaboradores que acalmassem seus clientes.

"Bom dia consultores, estou mandando um áudio para vocês apenas para que possam entender o que está acontecendo", afirma um homem em um áudio repassado por um consultor da empresa a uma cliente.

"Sim, houve mesmo essa prisão do Gleadson, mas o motivo da prisão é preventiva, com o único objetivo de que ele preste esclarecimentos se os investimentos estão sendo feitos em biteoin."

Na mensagem, o suposto representante da empresa pede aos consultores que tranquilizem os investidores.

"O que ele [Santos] mais prega para a gente é que o trabalho da empresa é sério e que ele desenvolve o trabalho com seriedade dentro do mercado de criptomoedas", diz. "O trabalho continua, o pagamento do dia 26 já está na conta, daqui a pouquinho o pessoal do financeiro já vai estar liberando esse valor e a gente vai para cima."

Na operação, a 3ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro emitiu sete mandados de prisão preventiva, dois mandados de prisão temporária e 15 mandados de busca e apreensão nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Ceará e no Distrito Federal.

A Polícia Federal apreendeu 591 bitcoins (cerca de R\$ 150 milhões), no que está sendo considerada a maior apreensão deste tipo de ativo já realizada.

A busca ainda resultou no recolhimento de R\$ 13,8 milhões em espécie, além de valores em moedas estrangeiras.

Jóias, relógios de alto valor, celulares e 21 veículos de luxo completam a lista dos principais bens retidos na

operação.

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) confirmou que a GAS foi alvo de análise do órgão, mas após a verificação de que os serviços oferecidos pela empresa não caracterizavam oferta pública de valores mobiliários - pois a operação é baseada em criptomoeda e não em títulos financeiros-, decidiu encaminhar o caso para o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Em depoimento à Polícia Federal, Santos negou a realização de pirâmide financeira, segundo o advogado do suspeito, Thiago Minagé.

"Gleadson atesta firmemente que não se trata de pirâmide", disse Minagé. "Gleadson afirma que atua no mercado de criptomoedas, que trabalha de forma compatível dentro desse mercado, no qual ele apostou e que a gestão dele proporcionou esses resultados."

PARA NÃO CAIR EM GOLPES

A especialista em investimentos da corretora Guide, Mayra Lima, dá sete dicas para não cair em golpes financeiros

Não acredite em milagres. Desconfie de quem promete muito dinheiro sem esforço. Investir é um trabalho de longo prazo

Verifique quanto a taxa de juros básica da economia brasileira, a Selic, está rendendo ao mês. Se o prometido estiver muito acima, alguma coisa deve estar errada

Antes de investir em determinada empresa, busque referências. Sites como Reclame Aqui podem ajudar, por reunirem avaliações de diferentes consumidores. Também é importante buscar informações junto aos órgãos reguladores, como Banco Central e CVM (Comissão de Valores Mobiliários)

Evite o "efeito manada". O fato de todos os seus amigos ou familiares estarem comprando determinado ativo não significa que ele também serve para você ou que seja confiável

Ao investir, entenda minimamente sobre o produto e como ele se encaixa dentro da sua estratégia. Ainda que o investimento seja consistente, não significa necessariamente que ele se encaixa em seu perfil

Cuidado com sinais de pirâmide. Além de promessas de ganhos irreais, pirâmides também se caracterizam por exigirem indicação de novas pessoas para garantir o lucro dos participantes

Procure orientação especializada e verifique se o profissional é certificado por instituições como a CVM, Anbima (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais) e Planejar (Associação Brasileira de Planejadores Financeiros)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49653&anchor=6440651&pd=ac50c808d3e0a62901fc0c0991835028>

PGFN desiste de julgamento sobre stock options no STJ

Beatriz Olivon De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993

Decisões do STF e as consequências para a economia (Artigo)

Antonio Tuccilio

Não deveria acontecer, mas determinados julgamentos do STF podem gerar impactos bilionários na nossa economia. Sim, é verdade. Diversos temas analisados pela Suprema Corte estão afetando diretamente as contas da União. Decisões que vão desde a alteração de jurisprudência sobre cobrança de **impostos** até a destinação de recursos para finalidades específicas.

Veja, é normal que um órgão tão importante como o STF interfira em assuntos tributários, previdenciários e financeiros. Estamos falando do nível máximo do Poder Judiciário no país! Mas o que chama a atenção de verdade é a quantidade de zeros envolvidos em pautas recentemente julgadas. Um exemplo disso é o julgamento da chamada "tese do século", que pode gerar impacto de cerca de R\$ 358 bilhões nas contas do país.

Quem se recorda da renda básica de cidadania? Ela foi aprovada há 17 anos, mas nunca foi regulamentada. Formalmente conhecida como Lei 10.835/2004, ela prevê a criação de uma política de transferência incondicional de renda para o extrato da população brasileira em situação de vulnerabilidade, ou seja, de pobreza e extrema pobreza. Se regulamentada, essa lei beneficiaria milhões de brasileiros em situação de insegurança financeira e alimentar. Em abril, o STF determinou que a lei deverá ser cumprida pelo governo federal em 2022. Não há definição de quanto o programa deverá custar. Isso dependerá do valor da transferência e do número de beneficiários. Trata-se, indiscutivelmente, de uma decisão de impacto social extremamente importante. Mas definir que ela deve ser cumprida já no próximo ano, sem previsão orçamentária, é no mínimo temerário para as finanças da União.

Outra decisão do STF, envolve a realização do censo 2021, que de início havia sido barrada no governo federal. Em abril, com a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), houve corte de 96% da verba destinada para tal fim, passando de R\$ 2 bilhões para R\$ 53 milhões. Dias depois, o então ministro do STF Marco Aurélio Mello determinou que o governo encontrasse medidas para seguir com o censo. Mais uma vez: boa iniciativa para conhecer a realidade do país. Porém, de onde virão os recursos para o censo?

Esses são apenas dois exemplos do peso das interferências do STF na economia. Somente esses casos envolvem bilhões de custos para o Estado. Fica a impressão de que os 11 ministros não medem o valor de decisões milionárias como essas e o quanto isso deve custar para o povo brasileiro. Sim, pois, no final, quem paga a conta somos nós.

Mas não são boas iniciativas? Sim, são, mas a que custo, além do fato de que essas medidas passam a impressão de que o governo federal é contra o povo. O fato é que essas decisões deixam o governo sem saída e causam uma certa instabilidade em nossa democracia.

Por isso, peço: senhores ministros, sejam cautelosos. Suas ações afetam milhões de pessoas. E agora estão afetando bilhões nos cofres públicos. Por favor, pensem no povo.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/30/08/2021/p10>

As reformas saem de cena



Tensões provocadas pelo Palácio do Planalto devem dominar a semana até as manifestações no feriado

Denise Rothenburg

A afirmação do presidente Jair Bolsonaro sobre três futuros que teria - ser preso, morto ou a vitória - foi lida pelos partidos como a senha para os radicais que ameaçam invadir o Supremo Tribunal Federal (STF) e até o Congresso. Os líderes aliados também estão preocupados. Em conversas reservadas no fim de semana, muitos se mostraram, inclusive, inclinados a pedir aos presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco, da Câmara, Arthur Lira, e do STF, Luiz Fux, que acionem as Forças Armadas para pedir a proteção dos prédios públicos no feriado da semana que vem.

A preparação para o 7 de Setembro sem desfile militar e com atos por todo o país promete tomar conta de mais uma semana tensa e travar inclusive parte da pauta do Congresso, uma vez que a energia será dedicada a tentar arrefecer os ânimos e evitar estragos para o pós-7 de Setembro. No Supremo, além de uma intensa atuação nos bastidores, os ministros vão se dedicar ao marco temporal para demarcação de terras indígenas, tema que mobilizou líderes indígenas de todo o país e mobilizou também os outros poderes.

O presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, tem dito que, se os demais ministros tomarem a mesma posição do ministro Edson Fachin, contrário ao desejo dos agropecuaristas de estabelecer a Constituição de 1988 como ponto de partida para a demarcação, será o fim do agronegócio. Até para reduzir a tensão na Esplanada, a ideia é concluir a análise antes do feriado, para que os índios deixem o Centro de Brasília, dando lugar aos bolsonaristas, patrocinados por aliados do presidente.

O marco temporal promete ser o tema mais polêmico da semana. No Congresso, a expectativa é de dias

mais calmos, até para preparar o terreno para o dia seguinte ao 7 de Setembro. "Esta semana está tranquila. O pós-7 de Setembro é que vai depender dos desdobramentos das manifestações" diz o líder do DEM na Câmara, Efraim Filho (PB). De mais polêmico, só mesmo o Código Eleitoral, que pretende estabelecer, a partir de 2024, uma quarentena para juízes, militares e bombeiros terem direito a disputar um mandato. A votação está prevista para quinta-feira.

O tema mais polêmico, a **reforma tributária**, só voltará ao plenário quando houver acordo. Embora Arthur Lira tenha dito que pretendia votar a reforma esta semana, ainda não há uma maioria assegurada e a tensão política tem evitado que haja um clima favorável para as discussões. A semana anterior, quando se esperava o fechamento de um acordo, terminou sem atingir essa meta e os deputados não acreditam que seja possível votar essa emenda constitucional esta semana, já que a proposta exige 308 votos favoráveis.

Os próprios governadores têm dúvidas em relação a essa proposta e, esta semana, em vez de reuniões para tratar especificamente desse assunto, vão se reunir com os comandantes da Câmara e do Senado para tratar da defesa da democracia e não da **reforma tributária** ou administrativa. Isso significa, na avaliação de muitos, que as declarações de Bolsonaro tiraram as reformas de cena.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/30/08/2021/p10>

Turbulência no congresso

BRUNO GÓES E JULIA LINDNER opais@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Em busca de "consertar narrativa", Campos vai à CoP 26

Estevão Taiar

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993?page=1§ion=1

Os ruídos fiscais na comunicação do BC - ALEX RIBEIRO

ALEX RIBEIRO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993?page=1§ion=1

Reforma tributária não dá voto - BRUNO CARAZZA

Bruno Carazza

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993?page=1§ion=1

'Maior preocupação é com a inflação'

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993

Reforma do IR: atentado silencioso à indústria naval - OPINIÃO JURÍDICA

Eduardo Kiralyhegy e Rafael Augusto Pinto são, respectivamente, sócio-fundador e advogado associado, responsáveis pelas áreas de direito tributário e aduaneiro do escritório NMK Advogados

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993

Deficit zero é improvável



ROSANA HESSEL

Enquanto as incertezas em relação à sustentabilidade das contas públicas aumentam, devido à falta de clareza das verdadeiras despesas para o Orçamento de 2022, o ministro da Economia, Paulo Guedes, mantém o discurso otimista. Além de minimizar os riscos da crise hídrica e da **inflação** dos preços no atacado, que passa de 30%, Guedes passou a prometer que o governo vai zerar o deficit primário das contas públicas no ano que vem. A promessa, entretanto, é vista com descrédito.

O ministro argumenta que a arrecadação bate recordes históricos, tendo crescido 26,11%, em termos reais (descontada **inflação**), de janeiro a julho, somando R\$ 1,053 trilhão. Mas, segundo especialistas, esse aumento, em grande parte, foi impulsionado mais pela própria **inflação** do que pela retomada da economia - a carestia afeta os preços dos produtos que os consumidores compram, e, portanto, ajuda a elevar o valor dos **tributos** recolhidos pelo governo. Além disso, analistas lembram que esse crescimento não é sustentável, já que a base de comparação é muito baixa: no ano passado, além do tombo de 4,1% na atividade econômica, houve redução de alíquotas e adiamento do pagamento de **tributos** em meio à pandemia.

As contas públicas estão no vermelho desde 2014. Por isso, especialistas não conseguem prever um deficit primário zerado no ano que vem, ainda mais porque o crescimento da economia não deverá ser tão robusto para ajudar nesse sentido. As estimativas do mercado para o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2022 estão em queda, por conta da incerteza em relação às eleições e à **inflação** cada vez mais forte, puxada pela crise hídrica. Para muitos, o **PIB** não deve crescer mais do que 1,5% no próximo ano.

Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Juliana Damasceno acha muito pouco provável que o governo consiga zerar o deficit primário, porque a arrecadação federal não continuará batendo recordes. "O diferimento de **impostos** começou a ser revertido no fim de 2020, e, portanto, a base será maior para a comparação. E, com a economia crescendo menos no ano que vem, o governo não terá a ajuda de uma receita maior com **tributos**", avalia.

Calote

"Acreditar em deficit zero no ano que vem é um exercício irrelevante. Guedes também prometeu zerar o deficit no primeiro ano de governo", avalia o economista José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB). Para ele, não dá para levar a sério o que o ministro fala ou promete, especialmente, após ele defender o parcelamento dos precatórios da União. "O governo não pode dar calote em dívida judicial, porque aumenta o risco para o credor", alerta.

Embora tenha melhorado as estimativas após os dados da arrecadação de julho, Fábio Klein, da Tendências Consultoria, também não vê a possibilidade de deficit zero nas contas federais. "Apenas estados e municípios devem registrar superavit neste ano e no próximo", afirma. Pelos cálculos de Klein, o setor público deverá ter rombo de R\$ 199 bilhões este ano e de R\$ 125 bilhões em 2022.

Não há liberdade sob medida (Artigo)

Antonio Cláudio Mariz de Oliveira

Todos a querem para si, mas poucos a reconhecem também como um direito do outro. Querem-na na exata medida de sua vontade, de suas pretensões, pouco se importando com a liberdade alheia. Poucos a entendem e uma mínima parcela a exerce com sabedoria e espírito coletivo.

Talvez nunca na História do Brasil se tenha falado tanto em liberdade como agora.

Aliás, o que é grave, fala-se dela sem pudor e sem escrúpulos para pregar o seu extermínio.

Reivindicam a liberdade para operar a sua extinção. E os seguidores do discurso oficial disseminador do ódio e da destruição das instituições não escondem a sua intenção.

Agora mesmo se fala da necessidade de "se tomar a liberdade, pois ela não se ganha, se toma".

Pergunta-se: tomar de onde? Tomar de quem? Tomar para quem e para o quê?

Aí o sentido do verbo tomar é o de arrancar, subjugar, apoderar, capturar, dominar, por um ato de força. Essas condutas são exatamente a antítese da própria liberdade.

É de fácil percepção que não são defensores da liberdade aqueles que acham que ela deve ser "tomada", pois não aceitam que o outro a tenha.

Dizem ainda que ela não se "ganha", se "toma". Liberdade se ganha, sim. Ela é conquistada, e jamais de forma truculenta.

Há uma única situação em que ela deve ser obtida de qualquer forma: no caso em que ela tenha sido abolida à força. Nessa hipótese, são legítimos todos os meios aptos a recuperá-la, retirando-a de quem a usurpou: o déspota, o ditador, o governante autoritário, aqueles que só reconhecem um tipo de liberdade: a de governar sem os limites impostos pela lei, pelos direitos individuais e pela própria vontade popular.

Está se tornando voz corrente a pregação em prol da liberdade de opinião e de crítica como um direito sem peias, sem limites, sem controle de qualquer natureza ou espécie.

Sabemos que o homem é um animal gregário, necessita viver em comunhão com outros homens. Ademais, é ele dotado de aspirações, anseios, interesses que nem sempre podem ser satisfeitos, pois esbarram, se chocam com interesses de terceiros.

O conflito daí surgido só pode ser resolvido pelo Poder Judiciário, por meio da aplicação da lei adequada. Em todos os setores e situações da vida em sociedade podem surgir e surgem conflitos.

O fenômeno conflituoso, verdadeira crise que atinge a paz e a harmonia sociais, em inúmeras situações tem como centro, como cerne, a liberdade.

Disputa-se a prevalência da liberdade por vezes posta em confronto com direitos subjetivos, de igual relevância.

Em face de abusos da liberdade de expressão, que atingem a honra alheia ou põem em risco a normalidade institucional, o Poder Judiciário é acionado para apurar responsabilidades e eventualmente aplicar as sanções previstas, tanto na esfera cível quanto na penal. Atualmente, vem se assistindo a uma maior atenção e um maior cuidado por parte da imprensa escrita para, no exercício da liberdade que lhe é essencial, não extrapolar o seu direito à livre manifestação, não ferindo a honorabilidade alheia.

No entanto, não é isso que se percebe quando informações, opiniões e críticas são divulgadas pelas redes sociais.

Aí se perde completamente o respeito pelo próximo e pelas instituições, não se teme punição de nenhuma espécie e não se tem nenhum escrúpulo para evitar ofensas - ofensas que extrapolam em muito os limites do próprio tema abordado.

Xinga-se, utiliza-se de um tosco e grosseiro linguajar absolutamente desnecessário para ilustrar a opinião emitida.

Faltam a decência e o pudor de se colocar no lugar do outro para avaliar o sofrimento causado. O mesmo se dá em relação às instituições democráticas.

Usa-se a liberdade de opinião para pregar a sua destruição.

Eu me referi às falas e aos escritos com autoria

identificada.

O que dizer, então, da covarde canalhice do anonimato que serve de escudo para a impunidade?

Sob o abrigo da liberdade de opinião prega-se a violência social, a destruição das instituições, o fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Parlamento, o banimento de garantias, a destituição de autoridades do Judiciário de seus cargos e outras violências do mesmo jaez. Liberdade como alvará de permissividade, como licença da prática de crimes de lesa-pátria e lesa- democracia.

Causa muita estranheza juristas da maior envergadura estarem entendendo que o Supremo e os demais tribunais não devem interferir. Pergunta- se: quem pode no País pôr fim aos conflitos senão o Judiciário?

É incrível que as críticas à conduta dos magistrados, que são chamados a atuar, não sejam apenas do leigo, mas dos homens da lei. Os juízes podem errar, podem acertar, mas não podem ser objeto de repreensão porque estão cumprindo o seu dever de dizer o direito e tentar pôr fim aos conflitos.

É preciso que se entenda: a liberdade é um bem comum.

Não se pode querer a liberdade apenas para alguns e negá-la para outros nas mesmas situações.

Eu posso falar o que quiser, você, não, só o que eu consentir. Não existe liberdade sob medida e ninguém é seu proprietário.

Esse é um bem comum.

Não se pode querê-la apenas para alguns e negá-la para outros

ADVOGADO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Carros elétricos ganham espaço nas ruas



TABA BENEDICTO / ESTADÃO

Teste. Juliani avalia usar tecnologia na sua transportadora Cleide Silva Com 1,4% de participação nas vendas totais deste ano, veículos eletrificados (híbridos e elétricos) começam a aparecer mais no portfólio das montadoras e das importadoras.

Há mais de 200 opções de modelos em oferta e vários lançamentos estão ocorrendo - o mais recente deles foi o Fiat 500e, primeiro com tecnologia elétrica da marca.

A previsão de vendas para este ano da Associação Brasileira de Veículos Elétricos (ABVE) aumentou de 28 mil para 30 mil unidades, alta de 52% em relação a 2020. O mercado total de automóveis e comerciais leves deve crescer 12%, segundo espera o setor. "Em 2022, o mercado de eletrificados deve dobrar de tamanho", prevê Murilo Briganti, sócio da Bright Consulting.

Até julho, foram vendidas 17.524 unidades, sendo 16.602 híbridos e 922 elétricos. Estudo apresentado pela Anfavea (associação das montadoras) estima que em 2035 a participação de carros eletrificados deve representar de 32% a 62% das vendas, dependendo de cenários que incluem, por exemplo, participação de governos na promoção dessa tecnologia.

O empresário Guilherme Juliani, de 41 anos, partiu para seu primeiro elétrico há quatro meses, e já decidiu que "nunca mais vai voltar para carros a combustão".

Seu Nissan Leaf tem autonomia para rodar 250 km

com a bateria cheia, e ele instalou um carregador em sua casa. Ele costuma rodar mil quilômetros por mês e, antes, gastava em média R\$ 1 mil com gasolina. "Com o elétrico, a conta de energia foi de cerca de R\$ 400." Sua opção pelo elétrico ocorreu porque queria testar a tecnologia antes de adotá-la na frota de sua transportadora, a Moove+, de São Bernardo do Campo (SP).

"Adquirimos um caminhão elétrico da JAC Motors e 70 bicicletas elétricas", diz. Ele quer ampliar o uso de eletrificados na frota de 4 mil veículos que prestam serviços para a empresa.

Corrida. Entre as montadoras, apenas Hyundai e Volkswagen não têm, no momento, modelos eletrificados à venda, mas ambas prometem novidades.

Essa "corrida" das montadoras também tem a ver com a obrigatoriedade de cumprir metas de eficiência energética que começam a valer em 2022. Cada carro elétrico conta quatro vezes mais pontos que um a combustão na hora de verificar se os índices estabelecidos no programa Rota 2030 foram atingidos.

A oferta de eletrificados ainda é elitista, com preços que variam de R\$ 150 mil (JAC JS1 elétrico) a R\$ 1,18 milhão (MB AMG GLE 63 híbrido). O elétrico mais vendido no primeiro semestre foi o Porsche Taycan 4S, com 154 unidades, a R\$ 910 mil cada.

Incluindo os híbridos, o campeão é o Corolla Cross XRX híbrido-flex, com 3.157 unidades.

A Toyota é a única montadora que produz automóveis eletrificados no Brasil. "Pelo menos até 2030 não enxergamos possibilidade de produção local de elétricos", afirma Briganti.

Mesmo caros, os eletrificados têm atraído seu público-alvo. O esportivo Audi RS e-tron GT elétrico, que custa R\$ 950 mil, teve as 15 unidades colocadas à venda em maio esgotadas em 24 horas.

Em abril, 300 unidades do XC40 elétrico oferecidos pela Volvo por R\$ 390 mil foram vendidas em 15 dias. A empresa negociou mais 150 unidades com a matriz e quase todas também já foram compradas.

Silêncio. Rodando com um Volvo XC60 híbrido plug-in há três meses, o arquiteto Paulo Naccache, de 73 anos, afirma que aprecia o silêncio do modelo, a

performance e o torque. Ele conta que se decidiu por essa tecnologia porque quer ser um dos "agentes da mudança de tecnologia" que ocorre em todo o mundo.

O carro tem 40 km de autonomia rodando só no modo elétrico e Naccache faz a recarga em casa. Segundo ele, o custo do quilômetro rodado a eletricidade equivale a 25% do custo da gasolina.

"É muito econômico, principalmente no uso urbano", diz o morador da capital paulista.

O presidente da ABVE, Alfredo Maluf, diz que boa parte das vendas está direcionada a frotistas, locadoras e empresas. No segmento de comerciais leves e caminhões, também há alta significativa nas vendas pois muitas empresas, para atenderem a critérios de ESG, estão substituindo a frota por veículos elétricos.

Só a Ambev tem intenção de comprar 2,6 mil caminhões elétricos da Volkswagen - que tem produção em Resende (RJ) - e da Fábrica Nacional de Mobilidade (FNM), com linha de montagem em Caxias do Sul (RS). Também estão adquirindo esse tipo de veículo a DHL, Lojas Americanas, Mercado Livre e Viveo.

Também há novos movimentos para a produção local de ônibus elétricos, com o anúncio na semana passada da Mercedes-Benz, que vai fabricar chassis elétricos no ABC paulista.

Maluf ressalta, contudo, que o Brasil está ficando para trás em relação ao mundo na eletrificação.

Para ele, as principais dificuldades para o mercado local são os altos **impostos** e a falta de política de incentivos (não necessariamente tributários).

"Mas o maior gargalo é a ausência de uma política ambiental." Igual preocupação tem o presidente da Anfavea, Luiz Carlos Moraes.

Se a projeção de participação nas vendas em 2035 se confirmar, serão vendidos cerca de 1,3 milhão de eletrificados no País. "É impossível atender a esse volume só por meio de importação", diz. "Temos de nos preparar para um novo ciclo de investimentos." Para ele, é preciso que o setor público e o privado se unam para definir prioridades, inclusive para o uso de biocombustíveis nessa transição, e para criar uma política clara de longo prazo para os elétricos.

-

Foco em serviços e infraestrutura une empresas

Empresas e startups brasileiras começam a formar um ecossistema que envolve infraestrutura e serviços para a frota brasileira de carros elétricos e híbridos, hoje de cerca de 59 mil automóveis, mas com viés de alta.

Infraestrutura para recarga é uma das urgências do mercado de elétricos, principalmente para dar segurança aos usuários.

No último trimestre de 2020, a rede Estapar, com 650 estacionamentos em quase todo o País, criou a Ecovagas, serviço de vagas com carregadores elétricos.

André Iasi, presidente da empresa, explica que o cliente paga o valor do estacionamento e pode recarregar a bateria gratuitamente.

O grupo tem parcerias com Volvo e Stellantis, e quem tem carro dessas marcas tem vantagem no uso do serviço.

A rede tem 200 pontos de recarga em dez Estados. "Até o fim de 2022, vamos triplicar o número de postos", diz Iasi.

Não há dados oficiais sobre os postos de recarga no País. Segundo a ABVE, há 700 pontos públicos. O número é maior se forem incluídos pontos instalados por montadoras e empresas de energia em shoppings, concessionárias e redes de serviços.

Criada há três anos, a Atlas Power desenvolve soluções de armazenamento de energia em baterias, em especial a solar. O fundador Diogo Seixas explica que a meta é trabalhar com projetos de segunda vida das baterias, que consiste no reúso em outras aplicações após a retirada dos automóveis.

Segundo ele, as baterias de lítio duram de 15 a 20 anos nos automóveis e, após serem retiradas, podem ser usadas na geração de energia estacionária em residências e comércios por mais 10 a 15 anos. Após esse período, vão para a reciclagem, outro processo que vai se transformar em novos negócios.

"Por enquanto, como o mercado de carros elétricos no Brasil é novo, não há disponibilidade de baterias de lítio usadas", diz Seixas. Por isso, o foco da Atlas no momento é colocar no mercado bancos de baterias (packs) para uso residencial, comercial e industrial com carregamento de energia solar.

A UCorp, startup de tecnologia e soluções de mobilidade corporativa, tem foco em veículos elétricos e desenvolve projetos para gestão e eletrificação de frotas e compartilhamento de veículos em geral. Fundada em 2019 por Guilherme Cavalcante, já criou

projetos para Itaú, BMW, Mercedes-Benz, Waze, ConectCar e Enel X que envolvem serviços de compartilhamento, instalação de eletropostos e gestão de frotas. "Nossa tecnologia é 100% nacional e com valores acessíveis."

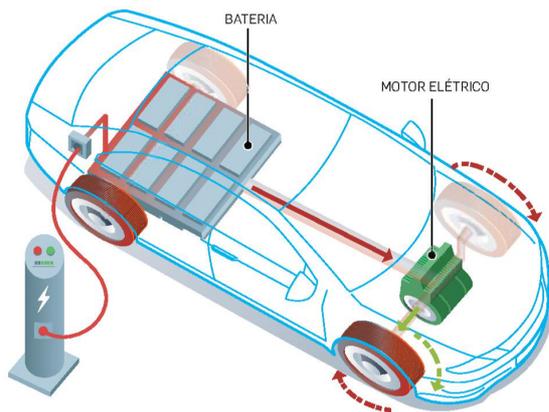
Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

MOVIDOS A ENERGIA

● Entenda como funciona cada sistema de eletrificação

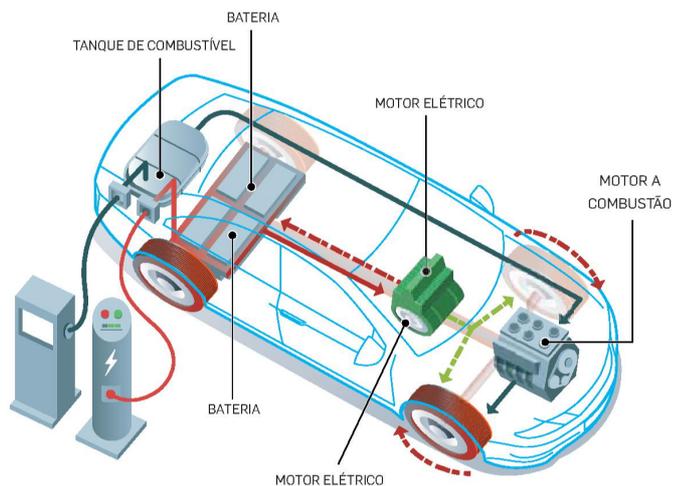
BEV - Veículo elétrico a bateria

É tracionado por um motor elétrico. A bateria é carregada na tomada e com as frenagens e desacelerações



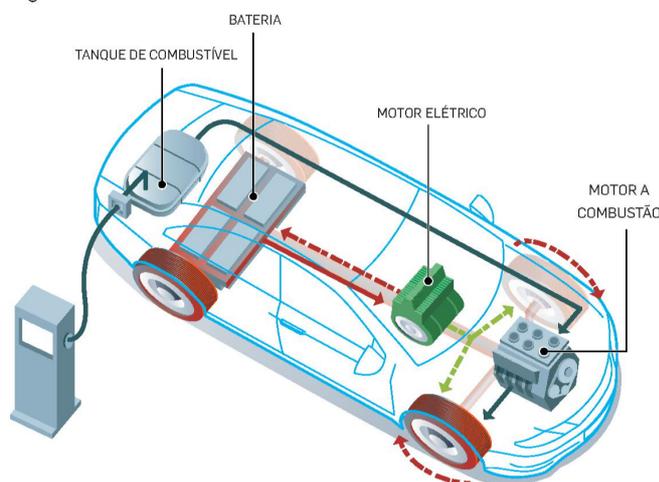
PHEV- Veículo elétrico híbrido plug-in

Utiliza um motor a combustão e um elétrico. A bateria pode ser recarregada na rede de energia elétrica, mas também recebe carga por frenagem regenerativa e pelo motor a combustão



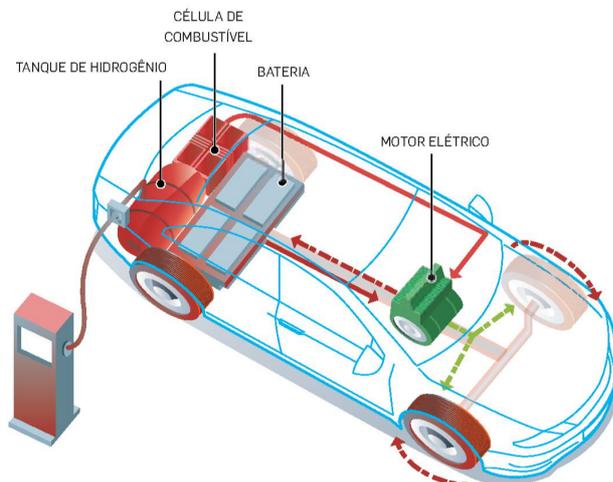
HEV - Veículo elétrico híbrido

Utiliza um motor a combustão e um elétrico. A bateria é recarregada pelo motor a combustão e pela frenagem regenerativa



FCEV - Veículo elétrico movido a célula de combustível

Utiliza hidrogênio líquido pressurizado (ou bioetanol) que, combinado ao ar, gera a eletricidade necessária para mover o motor elétrico



FONTES: BRIGHT CONSULTING E EMPRESAS

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

'É uma visão míope dizer que frota maior vai causar apagões'

ENTREVISTA: Rodrigo Aguiar, sócio-fundador da Elev

Acreditar que o aumento da frota de veículos elétricos no Brasil pode resultar em risco de apagões é uma visão míope, diz Rodrigo Aguiar, sócio-fundador da Elev, empresa de projetos voltados à mobilidade elétrica, e diretor do departamento de energia da Fiesp. Ele defende a criação de um programa "sério" de mobilidade elétrica para o País.

I Vale a pena falar de troca de carros a combustão por elétricos diante da alta de preço da energia e de uma crise hídrica?

Vale, por tudo o que envolve o veículo elétrico, começando pela questão da sustentabilidade, pela necessidade de redução de emissões de CO₂, em razão da mudança climática. É preciso começar agora a pensar num horizonte maior, antes que o planeta chegue a um processo quase irreversível.

I O tema da sustentabilidade é suficiente para que o consumidor compre um carro mais caro?

De fato, o carro elétrico hoje é bem mais caro. Mas há estudos mostrando que o custo se paga em poucos anos, dependendo de como o veículo é usado.

O gasto com combustível é muito inferior, assim como o custo de manutenção.

I Ter uma frota significativa de elétricos colocaria em risco o fornecimento de energia?

Estudo feito pela Anfavea (associação das montadoras) indica que, num cenário otimista, de convergência com o que o mundo está fazendo, as vendas de elétricos no Brasil poderiam chegar a 1,3 milhão de unidades em 2035. Essa frota consumiria 1,5% de tudo o que é gerado hoje em energia elétrica.

I Há riscos de sobrecarga, caso muitos donos carreguem as baterias ao mesmo tempo?

O Brasil tem condições de compensar eventual aumento de consumo com projetos de geração de energia eólica e fotovoltaica.

Dizer que mais carros elétricos poderiam causar apagões é uma visão míope e irresponsável.

Ao menos 15% de toda a energia elétrica consumida no País é desperdiçada, seja por uso de equipamentos obsoletos ou processos produtivos equivocados. Isso equivale a quase R\$ 30 bilhões desperdiçados todo ano. São necessárias ações para reduzir o desperdício.

O Brasil só vai ser grande se planejar suas ações, pois, se continuar nessa coisa de apagar incêndios, de querer resolver tudo em cima da hora, não vamos sair de onde estamos.

I Por enquanto, nenhuma montadora tem planos de produzir elétricos no Brasil, certo?

Uma parte é porque a carga tributária é muito pesada. Alguns Estados e municípios estão criando benefícios, mas o imposto federal não mudou, e isso precisa ser revisto. Além disso, a previsão é que o preço dos combustíveis fósseis aumente daqui para frente, enquanto o da energia tende a cair. Também a cada renovação a autonomia dos elétricos será maior, e isso também reduz custos. É preciso pensar numa espiral positiva, criar infraestrutura, reduzir a base de **impostos** e ter uma indústria automobilística pujante, com volume grande de empregos.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Desconto na conta de luz vai para quem reduzir consumo entre 10% e 20%

v

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Delta desacelera ritmo da recuperação americana

Steve Matthews e Jill R. Shah

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993?page=1§ion=1

Contribuinte perde no Supremo e STJ teses de tributo sobre tributo

Joice Bacelo e Beatriz Olivon Do Rio e de Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993

Números assustam Bolsonaro



Ingrid Soares

Apesar da **inflação** e do desemprego ascendentes, o presidente Jair Bolsonaro se mantém na trilha do confronto com o Poder Judiciário e com os governadores para tentar manter o eleitorado radical cativo e conter a sangria na popularidade devido aos maus sinais da economia. Mesmo anunciando medidas como um aumento na mensalidade do Bolsa Família, principal termômetro do governo junto às classes D e E, especialistas alertam que os programas sociais não serão suficientes para pavimentar a reeleição em 2022.

Gil Castello Branco, diretor-geral da Associação Contas Abertas, lembra que a escolha do eleitor é, antes de mais nada, feita de olho na vantagem que um governo pode trazer para si mesmo. Mas ele salienta que não existe benesse sem prejuízo, pois qualquer concessão dada por um governo implica e algum custo.

"O problema é que as bondades eleitoreiras, quando irresponsáveis, sob o ponto de vista fiscal, têm efeitos curtos. A **inflação** em alta consome rapidamente os benefícios concedidos e os menos favorecidos são os primeiros a serem afetados. As incertezas econômicas e políticas geradas, em grande parte, pelo próprio comportamento de permanentemente confronto do presidente, não contribuem para a recuperação da economia".

Castello Branco deixa claro que, nas contas públicas, as mágicas habitualmente vêm acompanhadas de prejuízos. "A mágica para burlar o teto de gastos, abrindo espaço para despesas no ano eleitoral, terá como consequência a alta da **inflação** e dos juros, a fuga de capitais, a redução dos investimentos e o desemprego. A carruagem rapidamente pode virar

abóbora", prevê.

O analista político do portal Inteligência Política Melillo Dinis também é pouco otimista para a conjugação entre a radicalização e a piora dos indicadores econômicos por parte de Bolsonaro. Para ele, quanto mais os números piorarem - e as estimativas dos principais agentes econômicos apontam para isso -, mais o presidente promoverá cortinas de fumaça para tensionar o Estado Democrático de Direito.

"O ambiente de descontrole na economia, especialmente para os mais pobres, piora a popularidade do Bolsonaro, aumenta a sua rejeição e cria condições muito difíceis para seus apoiadores. Da mesma forma, parte da elite econômica e financeira começa a se afastar do Planalto, buscando alternativas a um quadro que pode deteriorar ainda mais até o fim do ano. O barulho e a fúria não significam nada, nem melhoram a economia", avisa.

Piromania

Raquel Borsoi, analista de risco político da Dharma Politics, destaca que a estabilidade econômica é um fator decisivo na hora de o eleitor decidir em quem votará. "Se olharmos para trás, Fernando Henrique Cardoso foi reeleito porque controlou a **inflação**. Lula foi reeleito porque, além de não deixar que a **inflação** voltasse, melhorou a qualidade de vida das pessoas", salienta. Ela lembra que foi por causa também do mau desempenho da economia que abreviaram o governo de Dilma Rousseff.

"Ela foi reeleita com a proposta de manter o que Lula fez, mas a partir do momento que a economia começou a oscilar, caiu. Estabilidade econômica importa para o eleitor. Na véspera de concorrer às eleições, Bolsonaro enfrentará um dilema. Por mais que a população não debata sobre macroeconomia, sente a instabilidade ao comprar arroz, feijão, pagar o transporte, o botijão de gás e a conta de luz. As promessas de crescimento do ministro Paulo Guedes não se consolidaram. Bolsonaro tem que explicar em que a vida da população melhorou nesses últimos quatro anos de mandato", diz.

Negacionismo econômico

» O poder de compra da população vem sendo corroído pela **inflação** oficial medida pelo IPCA, que acumula alta de 9% em 12 meses. No último dia 18, o presidente Jair Bolsonaro negou a responsabilidade

pelo aumento de preços em itens como o gás de cozinha e a gasolina. Na conversa com apoiadores à saída do Palácio da Alvorada, tentou chutar a crise para longe: disse que governo federal "não é o vilão" pela alta dos preços dos derivados de petróleo e alfinetou que a culpa é dos estados, por conta das altas alíquotas de ICMS incidentes sobre os dois produtos.

» Bolsonaro chegou a sugerir, na live do último dia 19, que o consumidor pudesse comprar gás de cozinha diretamente da refinaria. Mas, antes, culpou a suposta ganância dos governadores. "Como eu gostaria que cada governador zerasse o ICMS do estado. Criar um vale-gás. Se zerar o ICMS, vai ser excelente. Logo poderíamos tratar da venda direta do botijão, a exemplo do etanol. Você pode pegar o seu caminhãozinho na tua comunidade e compraria 100 botijões. O frete do caminhãozinho cada um pagaria no condomínio. Margem de lucro seria zero para quem for entregar, já que é um trabalho comunitário", sugeriu.

» Na live do último dia 12, o presidente se eximiu da responsabilidade pela disparada dos preços no país, mas reconheceu que a **inflação** é um "número grande" e está ocorrendo "no mundo todo". A exemplo do que respondera quando indagado, no ano passado, sobre as mortes provocadas pela covid-19 - "Querem que eu faça o que? Eu não sou coveiro!", devolveu a um jornalista -, disse: "Querem que agora a gente faça milagre?". Bolsonaro assegura que tem conversado com o ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre o custo de vida. Na última semana, recomendou a compra de fuzil em vez de feijão.

Brasil, um vizinho tóxico

Jorge Vasconcellos

O clima de instabilidade democrática no Brasil têm trazido a países sul-americanos preocupações importantes, agravadas pelas incertezas sobre os objetivos das manifestações em apoio ao presidente Jair Bolsonaro e contra o Supremo Tribunal Federal (STF), marcadas para o dia 7 de setembro. Embaixadores ouvidos pelo Correio, em caráter reservado, expressaram diferentes opiniões sobre a crise, mas acreditam que a democracia e as instituições brasileiras são bastante sólidas para enfrentar mais este momento de dificuldade.

As ameaças de Bolsonaro contra a realização das eleições de 2022 são a maior preocupação dos diplomatas estrangeiros, já que governantes que seguiram esse caminho foram rejeitados pela comunidade internacional e deixaram seus países isolados e empobrecidos.

A preocupação dos embaixadores é grande porque da estabilidade democrática no Brasil dependem pautas importantes para a região. Uma delas é o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia, que poderia gerar um aumento do PIB brasileiro de US\$ 87,5 bilhões em 15 anos, segundo estimativa da equipe econômica. O bloco europeu, que já vem resistindo a ratificar o acordo por conta dos recortes de devastação da Amazônia, enterraria de vez essa possibilidade caso o país embarque em uma aventura autoritária. E isso afetaria imediatamente os interesses das demais nações que integram o bloco sul-americano.

Nos últimos dias, no Brasil, aumentaram as preocupações de magistrados, de parlamentares e de representantes da sociedade civil com a possibilidade de haver um golpe de Estado ou outro tipo de ruptura institucional impulsionado pelos atos do próximo feriado. Vários organizadores desses eventos passaram a ser investigados pela Polícia Federal depois que ameaçaram invadir e "quebrar" o STF para retirar "na marra" os ministros dos seus cargos.

"Informamos regularmente os nossos países sobre tudo o que acontece na política e na economia brasileira", diz um embaixador sul-americano com posto em Brasília. "A minha impressão é de que existe um barulho preocupante, do ponto de vista noticioso. É preocupante, mas não tenho a certeza de que haverá um golpe de Estado, uma ruptura institucional, uma situação sem retorno. Acredito que não. As instituições

brasileiras são muito fortes", afirma.

Conhecedor dos meandros da política brasileira, o diplomata atribui esse "barulho" à necessidade de Bolsonaro de reforçar o discurso agressivo para não perder o apoio dos seguidores mais radicais. Ele diz que, em grande parte, essa "tensão perigosa" é motivada "por um governo que tem necessidade imperiosa de reconquistar a credibilidade de um grupo de apoiadores, que são de extrema direita, porque a percepção desses apoiadores é de que o Centrão está já controlando a política brasileira, e o governo tenta um discurso alternativo". Nesse ponto, ele faz uma referência ao bloco político com o qual Bolsonaro barganhou cargos em troca de apoio no Congresso.

Influência externa

O diplomata diz torcer para que não haja retrocessos na democracia brasileira, ao mesmo tempo em que considera que ainda estão ausentes os elementos que, segundo ele, prenunciam um golpe de Estado. "Golpe de Estado é diferente. Ele envolve todos os Poderes, mobilizações, manifestações de rua expressivas, a favor e contra, um ambiente de violência, não só verbal, mas, também, a violência física. Envolve muitos elementos para o período prévio que não está presente, necessariamente, no Brasil", analisa.

Com opiniões diferentes, um outro embaixador de um país vizinho ouvido pelo Correio atribui a crise brasileira a uma possível influência externa - sem, no entanto, dizer qual seria a origem. Ele diz que o seu país está enfrentando esse tipo de interferência.

"Estou seguro que as democracias têm inimigos no mundo. E esses inimigos buscam afetar a tranquilidade dos nossos países e a solidez da nossa democracia. Mas eu lhe asseguro que tenho certeza que tanto no Brasil, quanto no meu país, não somente a sociedade, o povo, defenderá sua democracia, como também suas Forças Armadas, suas forças militares, que são, absolutamente, nos nossos dois países, amigas por meio da democracia", explica o diplomata.

Ele salienta que muitos países enfrentam influências externas quando estão às vésperas de eleições. "O meu país e o seu país estão vivendo um momento de intranquilidade e de incerteza. Teremos muitos problemas de protestos e confrontos e, seguramente, há influências externas. Mas eu penso que esses são processos normais, sobretudo com a aproximação das

eleições, das trocas de governo. Mas eu repito: tenho absoluta tranquilidade e confiança nas nossas democracias", afirma.

Desafio para fechar as contas



ROSANA HESSEL

Termina amanhã o prazo para que o ministro da Economia, Paulo Guedes, envie ao Congresso o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2022. A expectativa em torno do que será encaminhado é grande, devido à falta de espaço para os novos gastos prometidos pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que tentará a reeleição, e à guerra por recursos que será travada tanto dentro do governo quanto no Legislativo.

Com a popularidade em queda, Bolsonaro aposta em medidas como o novo Bolsa Família e o reajuste de servidores civis para reduzir a rejeição da população, que sofre com desemprego recorde e aumentos sucessivos nos preços dos alimentos, da conta de luz, do Fgás e da gasolina. A equipe econômica, entretanto, ainda não apontou as fontes de recursos desses novos gastos, como exige a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

A disputa por recursos não será apenas entre os ministérios, mas envolve também questões como o pagamento dos precatórios - dívidas judiciais da União - e as emendas parlamentares, que somaram R\$ 35,5 bilhões no Orçamento deste ano, o equivalente a um Bolsa Família. Desse montante, cerca de R\$ 20 bilhões serão as polêmicas emendas do relator-geral, que devem ser corrigidas pela **inflação** e foram preservadas por Bolsonaro na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do próximo ano.

O especialista em contas públicas Fabio Klein, da Tendências Consultoria, vê com muita preocupação a manutenção das emendas do relator-geral na LDO, porque vai repetir os problemas do Orçamento deste ano. "O volume é muito elevado e não tem transparência na distribuição", alerta.

Além das promessas de Bolsonaro de um Bolsa Família turbinado, medidas recentemente aprovadas pelo Congresso, como o novo Refis, e até mesmo o Fundo Eleitoral de R\$ 5,7 bilhões, cujo veto ainda pode ser derrubado integral ou parcialmente, não cabem dentro do teto de gastos - emenda constitucional que limita o aumento de despesas à **inflação** do ano anterior. Elas devem somar mais de R\$ 75 bilhões, pelo menos, tornando a tarefa de fechar as contas um grande desafio.

O governo vinha apostando numa folga do teto gerada pelo avanço do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que acumulou alta de 8,35% em 12 meses, até junho. Mas essa margem extra, que já chegou a cerca de R\$ 50 bilhões no início do ano, ficará bem abaixo de R\$ 20 bilhões, correndo o risco até ser nula se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que corrige cerca de 70% das despesas obrigatórias, superar o indicador que corrige o limite do teto.

"Se a **inflação** continuar forte ao longo do segundo semestre, essa folga poderá ser zerada no fim do ano", alerta a especialista em contas públicas Juliana Damasceno, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ela reconhece o mérito de um programa social mais robusto, a fim de reduzir a desigualdade de renda no país, mas lembra que o governo está com dificuldade de encontrar fonte de receita para essa nova despesa.

Distorções

Cortar subsídios, que vem sendo uma das soluções apontadas pela equipe econômica, é bastante complexo, principalmente, porque os maiores gastos tributários dificilmente serão reduzidos, como os do Simples Nacional e os da Zona Franca de Manaus. Outros, como as isenções às entidades sem fins lucrativos, tiveram até aumento, quando Bolsonaro perdeu as dívidas de igrejas a fim de preservar a base de apoio dos evangélicos.

"Há renúncias em que o governo não pode mexer, porque estão protegidas, e outras que, se suprimidas, podem levar à falência várias empresas. Corrigir essas distorções será difícil, porque não há transparência nesses gastos e nem uma avaliação do impacto econômico dos incentivos", destaca a pesquisadora do Ibre. Para ela, haverá demora na tramitação do Ploa, cuja aprovação poderá ficar para o ano que vem,

como já ocorreu com a peça orçamentária deste ano.

Os ministérios já enviaram as previsões orçamentárias para a Economia, mas evitam comentar o assunto antes da divulgação do Ploa. A Saúde, por exemplo, tem uma estimativa de despesa de R\$ 134 bilhões para o ano que vem - dado 25,7% menor do que o autorizado em 2021: R\$ 180,5 bilhões. Uma das dúvidas dos analistas da pasta é se os gastos com vacinação continuarão fora do teto, devido à ameaça da variante Delta do novo coronavírus.

Peça de ficção

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2022, que será enviado ao Congresso pelo Executivo, terá vários problemas e parâmetros desatualizados

Principais parâmetros macroeconômicos da LDO de 2022, que servem de base para o Orçamento, estão fora da realidade

Indicador	2021		2022	
	LDO	Mercado*	LDO	Mercado*
PIB - crescimento real PIB (em %)	3,20	5,27	2,50	2,00
IPCA acumulado (em %)	4,42	7,18**	3,50	3,93
Taxa Selic - (% a.a.)	2,8	7,50	4,70	7,50
Taxa de câmbio - (R\$/US\$)	5,30	5,21	5,15	5,20

*Dados do boletim Focus, do Banco Central, divulgado dia 23/08, referentes à mediana das estimativas de 20/08. **atualização dos últimos 5 dias úteis.

R\$ 1.147

Valor do salário mínimo previsto na LDO de 2022, que considera um INPC de 4,27%

R\$ 1.188

Valor do salário mínimo se o INPC deste ano for de 8%, estimativa cada vez mais provável.

R\$ 89,1 bilhões

Previsão para o pagamento de precatórios em 2022. Dado R\$ 34,4 bilhões acima dos valores deste ano não deixa espaço para novas despesas do governo em pleno ano eleitoral.

Cobertor curto

O que não estará na conta e que não cabe na margem do teto de gastos sem precatórios e que Bolsonaro tenta encaixar na margem extra do teto de gastos, que deverá ser inferior a R\$ 20 bilhões

Impacto da promessa de Jair Bolsonaro para reajustar o salário dos servidores	R\$ 15 bilhões a 16 bilhões
Emendas do relator-geral que não estarão no Orçamento	R\$ 20 bilhões*
Prorrogação da desoneração da folha	R\$ 8 bilhões
Fundo Eleitoral	R\$ 2 bilhões a 4 bilhões*
Reajuste de 50% e ampliação no Bolsa Família	R\$ 30 bilhões
Total	R\$ 75 bilhões a R\$ 78 bilhões

*Estimativa com base na previsão de 2021, considerando a correção da inflação
**Veto presidencial dos R\$ 5,7 bilhões, mas Centraão poderá tentar aprovar R\$ 4 bilhões, o dobro dos R\$ 2 bilhões aprovados na última eleição

Principais despesas do governo (em R\$ bilhões)

	2021*	2022**	2022***
Despesa total	1.631,4	1.621,0	1.647,0
Benefícios Previdenciários	705,9	762,9	767,0
Pessoal e Encargos Sociais	332,5	346,3	344,0
Outras obrigatórias	329,0	164,0	246,0
Obrigatórias com Controle de Fluxo	145,6	165,2	164,0
Discrecionárias	119,3	96,7	126,0
Resultado primário	-195,4	-170,5	-76,0

*Previsão do 3º relatório trimestral de avaliação de receitas e despesas do Ministério da Economia

**Previsão LDO de 2022

***Previsão do analista Guilherme Tinoco de como deveria vir o Orçamento incluindo as despesas com precatórios

No vermelho

As contas públicas do governo federal estão no vermelho desde 2014 e analistas não as veem voltando ao azul antes de 2023

Ano	Em R\$ bilhões	Em % do PIB
2013	75,3	1,4
2014	-20,5	0,4
2015	-116,6	1,9
2016	-159,5	2,5
2017	-118,4	1,4
2018	-116,2	1,7
2019	-88,9	1,2
2020	-745,3	10,0
2021*	-199,0	2,3
2022*	-125,0	1,9

*Previsão da Tendências Consultoria

Fatura elevada

Governo fala em buscar espaço para novo Bolsa Família cortando subsídios, uma conta elevada, mal avaliada e que é difícil de cortar
Evolução dos subsídios totais, incluindo gastos tributários, creditícios e financeiros

Ano	Em R\$ bilhões	Em % do PIB
2013	300,3	5,6
2014	318,6	5,5
2016	396,8	6,6
2017	383,7	6,1
2018	372,0	5,6
2019	332,0	4,7
2020	359,6	4,8
2020	346,6	4,6

Gargalos

Veja as principais renúncias fiscais do governo
Projeções da LDO de 2021

Benefício	Em R\$ bilhões	Em % do total
Simplex Nacional	84,18	25,84
Agricultura e Agroindústria	35,88	11,02
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF	35,04	10,76
Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes / Isentas	31,51	9,67
Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	25,60	7,92
Deduções do Rendimento Tributável - IRPF	23,95	7,35
Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos	15,37	4,72
Total	325,7	100%

Fontes: LDOs de 2021 e de 2022, Banco Central, Tesouro Nacional, Tendências Consultoria e analistas

Aumento dos combustíveis assusta caminhoneiros e motoristas de apps - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

A alta dos combustíveis eleva a temperatura entre as associações de caminhoneiros. Na categoria, já há quem defenda uma greve geral contra o aumento do diesel. Essa turma usa como argumento a greve de maio de 2018, que parou o país. Na ocasião, o litro do diesel comum era vendido por R\$ 3,60. Corrigido pela **inflação**, o valor atual seria R\$ 4,11. Segundo os caminhoneiros, o problema é que, na média nacional, o litro está custando nas bombas R\$ 4,61. Portanto, a conta não fecha. Os motoristas de aplicativos também afirmam que a disparada do preço dos combustíveis virou um problema quase intransponível. Eduardo Lima, presidente da Amasp, associação de condutores, informa que a recomendação da entidade é para os motoristas cancelarem as corridas curtas, porque deixaram de ser lucrativas. Em 2021, ninguém segura a **inflação**: o preço da gasolina aumentou

30,5% nos postos, enquanto o diesel subiu 24,2%. O etanol foi mais longe, com alta de 56,5%.

Um ano atípico para o mercado de carros

O mercado de carros usados passa por um movimento inédito. Devido à escassez da oferta, há veículos 2019 sendo vendidos atualmente pelo mesmo valor nominal pelo qual foram comprados dois anos atrás. No primeiro semestre, 7,3 milhões de veículos usados trocaram de dono, o que representa um avanço de 63% em relação ao mesmo período do ano passado. Os últimos meses têm sido atípicos para o setor. Com a falta de componentes para a produção, há poucos carros zero à venda nas concessionárias.

Brasil perde participação no **PIB** mundial

O Brasil empobreceu na última década, e o processo vem ganhando intensidade nos últimos anos. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2011, o **PIB** brasileiro representava 3,5% da riqueza mundial. Desde então, a participação não parou de cair. Em 2021, o índice deverá encerrar o ano em torno de 1,5%. O **PIB** brasileiro, portanto, não acompanhou a evolução notada em outros países. Isso não tem nada a ver com a pandemia - como se sabe, ela afetou o mundo inteiro.

Aéreas estrangeiras retomam voos para mercado brasileiro

O avanço da campanha de vacinação e a redução da média de contágios têm levado as companhias aéreas estrangeiras a retomar os voos para o Brasil. Nesta semana, a francesa Air France anuncia a retomada das operações em seu hub em Fortaleza (CE), a partir de 22 de outubro. No mesmo mês, a italiana Alitalia voltará a voar entre São Paulo e Roma, enquanto a britânica British Airways reativará a ligação entre Rio de Janeiro e Londres. Novos anúncios deverão ser feitos nos próximos dias.

» A seguradora americana MetLife lança, em 1º de setembro, a sua primeira campanha de marketing voltada para pequenos e médios negócios de Minas Gerais. No primeiro semestre, as vendas na região

cresceram 320% em relação ao mesmo período do ano passado. A empresa é a maior seguradora de vida na América Latina, com 5,5 milhões de clientes.

» A crise econômica e o desejo de empreender fizeram subir o número de cervejarias registradas no Ministério da Agricultura. Em 2020, o País chegou a recordistas 1.383 empresas ativas, um aumento de 14,4% em relação a 2019. Poucos setores cresceram tanto. Há cinco anos, havia apenas 700 cervejarias no mercado brasileiro.

» A corretora Avenue Securities, sediada em Miami e voltada a brasileiros que investem no exterior, atingiu a marca de 300 mil clientes ativos. Um ano atrás, eram 100 mil. Com a alta do dólar, especialistas recomendam manter parte da carteira de investimentos no mercado internacional. É por isso que a Avenue cresceu tanto.

» O mercado brasileiro de drones deverá movimentar, incluindo a venda e o aluguel das aeronaves, US\$ 373 milhões em 2021, segundo dados apurados pela consultoria alemã Droneii. Com isso, o Brasil já é o principal mercado da América Latina e um dos maiores do mundo. É o agronegócio que impulsiona o setor.

Previsões estão fora da realidade

Além do imbróglio dos precatórios, o governo tem um grande problema para fechar a proposta de Orçamento para 2022: as previsões macroeconômicas desatualizadas. Os dados da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2022, usada para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa), superestimam as receitas ao prever um crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) acima das projeções do mercado, e subestimam as despesas obrigatórias, porque não se está utilizando um índice de **inflação** mais próximo da realidade.

"A grade de parâmetros está totalmente desatualizada. Com isso, não há base legal para termos uma boa previsão para as principais despesas do Orçamento", alerta o economista e especialista em contas públicas Guilherme Tinoco. Ele prevê que o governo deverá corrigir as despesas obrigatórias em 6,2%, taxa prevista para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no último relatório trimestral de avaliação de receitas e despesas. Contudo, esse dado ainda está abaixo das atuais estimativas do mercado.

"O governo quer gastar mais no ano que vem, mas a **inflação** mais elevada vai mudar o tamanho dos gastos obrigatórios e, por conta disso e dos precatórios, não haverá espaço para novas despesas, como reajuste de servidores e novo Bolsa Família", alerta Tinoco, ex-integrante do Departamento Econômico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Pelas estimativas do secretário especial do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, considerando a alta no INPC de 6,2%, a folga do teto de gastos estava em R\$ 30,4 bilhões, mas, a cada ponto percentual a mais na **inflação**, essa margem encolhe R\$ 8 bilhões. Como as estimativas atuais para o indicador que corrige o salário mínimo já está em torno de 8%, esse espaço extra encolheria R\$ 16 bilhões, passando para R\$ 14,4 bilhões, menos da metade dos R\$ 30 bilhões adicionais que o ministro Paulo Guedes vem informando para o novo Bolsa Família "perto de R\$ 300".

A LDO de 2022 prevê um salário mínimo de R\$ 1.147, considerando uma correção de 4,27%. Se o INPC encerrar o ano em 8%, esse valor deverá ser elevado para R\$ 1.188, ou seja, R\$ 41 a mais no piso salarial. Vale lembrar que, para cada real a mais no salário mínimo, as despesas com aposentadorias e benefícios sociais aumentam cerca de R\$ 350 milhões. Ou seja, serão necessários, pelo menos, R\$

14,3 bilhões a mais apenas por essa defasagem, que vai também bater no teto de gastos e reduzir a folga do limite do ano que vem. (RH)

Ameaça de apagão (Editorial)

Enquanto o país ainda batalha para controlar a pandemia, tendo menos de um terço da população plenamente imunizada com duas doses de vacina e sob risco de nova escalada de casos e mortes por causa da variante Delta do novo coronavírus, bem mais contagiosa, a esperada recuperação da economia tem pela frente outro grave obstáculo.

Não bastasse a atividade econômica continuar patinando e o desemprego estar nas alturas, com quase 15 milhões de brasileiros sem trabalho, a crise energética, em relação à qual o governo manteve-se paralisado, teimando em deixá-la de lado, apesar dos claros sinais que vêm de meses, está, agora, cada vez mais próxima, já batendo na porta. E com força.

Resultado da pior estiagem em 90 anos, que se acirrou em julho e agosto, os reservatórios das usinas hidrelétricas do Sudeste e Centro-Oeste, responsáveis por 70% da produção do país, estavam no fim da semana passada com menos de 23% da capacidade de armazenamento de água. Como continuamos sem perspectivas de chuvas mais abundantes no curto prazo, estima-se que este volume possa cair à metade até novembro, comprometendo a capacidade de abastecimento.

O risco de racionamento ou até de apagões, sempre refutado pelo governo, passa a ser real. O Operador Nacional do Sistema (ONS) emitiu alerta prevendo déficit de oferta de energia já em outubro e sugerindo providências emergenciais como o incremento da produção das termelétricas, cujo custo é mais alto, e a importação do insumo de países vizinhos, entre outras.

Um efeito imediato é o encarecimento da energia, já que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) elevará de novo o valor da bandeira tarifária vermelha, nível 2, em vigor, que sobretaxa o consumo e já havia sido reajustada em 52% em junho. Mesmo assim, o ministro da Economia, Paulo Guedes, preferiu minimizar o problema. "Qual o problema de a energia ficar um pouco mais cara porque choveu menos?", indagou Guedes, na última quinta-feira.

No entanto, o ministro sabe muito bem que energia mais cara aumenta os custos em todas as cadeias produtivas - o insumo responde por até 40% das despesas em alguns setores industriais -, além de elevar as contas de luz residenciais. Pior ainda, impacta diretamente na **inflação**, que voltou a assombrar, puxada também pelas altas de preço da

gasolina, gás de cozinha e alimentos, penalizando sobretudo os mais pobres. Não à toa, o índice oficial de julho ficou em 0,96%, acumulando 8,99% em 12 meses, e o IPCA-15, prévia de agosto, bateu em 0,89%.

O fato é que Guedes e o restante da equipe governamental custaram a se mexer em relação à crise energética. Só recentemente foram anunciadas medidas como compensação financeira para grandes consumidores industriais que aceitarem reduzir ou deslocar o consumo para horários de menor demanda e desconto na conta de luz para residências que diminuam o uso de energia de forma voluntária. As regras, no entanto, ainda não estão definidas e só devem entrar em vigor nos próximos dias.

O que se espera é que não seja tarde demais. Também já passou da hora de deflagrar grandes campanhas publicitárias junto à população para o máximo empenho na economia de eletricidade e de água. Neste contexto, cabe a cada um de nós, cidadãos, como já dito aqui, apagar luzes acesas à toa, desligar equipamentos sem uso, reduzir o tempo dos banhos e apertar bem as torneiras, enquanto esperamos pelas chuvas.

Área minerada cresce seis vezes no Brasil



Mineração ilegal em território indígena no Pará: a extração de ouro correspondia em 2020 a 86,1% de todas as áreas com garimpeiros no país



Após 35 anos, bioma amazônico concentra 3 de cada 4 hectares minerados



Mobilização de povos indígenas em Brasília cobrou preservação de terras

Luiz Ribeiro

Entre 1985 e 2020, a área minerada no Brasil cresceu seis vezes, passando de 31 mil hectares para 206 mil hectares. A expansão foi medida por meio de análises de imagens de satélite com o auxílio de inteligência artificial e foi medida pelo MapBiomias, iniciativa que envolve organizações não governamentais (ONGs), universidades e empresas de tecnologia. O estudo inédito avalia as atividades de mineração industrial e de garimpo.

Segundo o levantamento, em 35 anos, a exploração mineral saltou de 20.800 hectares (ha) para 98.300ha, enquanto o garimpo subiu de 10.600ha para 107.800ha, superando a área da extração de minério. A atividade mineradora é responsável atualmente por 5% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro. Em Minas Gerais, a parcela é de 4% do **PIB**, segundo a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

(Fiemg).

O avanço da área ocupada pela extração mineral desperta também a atenção para a necessidade de mais investimentos na segurança na atividade, preocupação que aumentou depois das duas tragédias de rompimentos de barragens de rejeitos de minério ocorridas em Minas Gerais: a da Samarco, em Mariana, ocorrida em novembro de 2015, e a da Vale, em Brumadinho, em janeiro de 2019.

"As nossas minerações industriais não evoluíram do ponto de vista de segurança no mesmo tanto que evoluíram do ponto de vista da eficiência da produção mineral" alerta o professor César Diniz, especialista em análise espacial do MapBiomias.

A produção de ferro (25,4%) e de alumínio (25,3%) respondem por metade da área de mineração industrial, enquanto a extração de ouro é responsável por 86,1% da área garimpada no Brasil. O estudo aponta ainda que a expansão do garimpo coincide com o avanço sobre territórios indígenas e unidades de conservação.

De 2010 a 2020, a área ocupada pelo garimpo dentro de terras indígenas cresceu 495%. No caso das unidades de conservação, o crescimento foi de 301%. No ano passado, metade da área nacional do garimpo estava em unidades de conservação (40,7%) ou terras indígenas (9,3%).

As maiores áreas de garimpo em terras indígenas estão em território kayapó (7.602ha) e munduruku (1.592ha), no Pará, e yanomâmi (414ha), no Amazonas e em Roraima. Entre as 10 unidades de conservação com maior atividade garimpeira, oito ficam no Pará. As três maiores são a APA do Tapajós (34.740ha), a Flona do Amaná (4.150ha) e o Parna do Rio Novo (1.752ha).

RANKING De acordo tudo, Minas Gerais é o segundo estado na lista com mais território explorado pela mineração industrial São 32.700ha, atrás apenas do Pará, que tinha 33.600ha no momento da pesquisa. O levantamento do MapBiomias mostra que a expansão da mineração industrial no Brasil foi de 2.200ha/ano entre 1985 e 2020. No garimpo, o ritmo de crescimento há 35 anos era de 1.500ha/ano, mas a partir de 2010 subiu para 6.500ha/ano.

Em 2020, três de cada quatro hectares minerados no Brasil estavam na Amazônia, segundo o estudo. O

bioma concentrava 72,5% de toda a área, incluindo a mineração industrial e o garimpo. Eram 149.393ha, dos quais 101.100ha (67,6%) de garimpo. No caso da mineração industrial, o bioma amazônico abrigava 49,2% da área ocupada por essa atividade no país.

"Pela primeira vez, a evolução das áreas mineradas é apresentada para a sociedade, mostrando a expansão de todo o território brasileiro desde 1985. Trata-se de dados inéditos, que permitem compreenderas diferentes dinâmicas das áreas de mineração industrial e garimpo e suas relações, por exemplo, com os preços das commodities, com as unidades de conservação e terras indígenas", afirma Pedro Walfir, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) e coordenador do Mapeamento de Mineração no MapBiomas.

DISTRIBUIÇÃO Os 10 municípios brasileiros com maiores extensões mineradas (industrial e garimpeira) estão localizados em três estados: Pará, Mato Grosso e Amazonas.

Considerada apenas a presença da industrial, três municípios de Minas entram na lista do top 10: Paracatu (3.116ha), Itabira (2.963ha) e Congonhas (2.405ha).

"Os produtos da mineração são fundamentais para o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. Esperamos que esses dados contribuam para a definição de estratégias para acabar com as atividades ilegais e estabelecer uma mineração em bases sustentáveis, respeitando as áreas protegidas e o direito dos povos indígenas, e atendendo aos mais elevados padrões de cuidado com a biodiversidade, solo e a água", afirma Tasso Azevedo, coordenador-geral do MapBiomas.

PRESENÇA EM MINAS

A extração mineral gera cerca de 64 mil empregos em Minas Gerais, onde reúne 1.896 empresas. Os dados são da Fiemg. Em todo o Brasil, são 7.804 empresas da área de mineração, que juntas somam 227.838 empregos. De acordo com a Fiemg, Minas conta com 134 empresas da extração de minério de ferro, que geram 37.497 postos de trabalho. Em seguida, aparecem as firmas de extração de pedra, argila e areia (1.277 empresas), com 11.039 empregados. O estado tem ainda 75 empresas da extração mineral de metálicos não ferrosos (10.038 empregos) e 235 empresas de extração de minerais não metálicos (4.940 empregos).

Peso econômico e pedidos de mudança

O professor César Diniz, especialista em análise

especial do MapBiomas, ressalta que a atividade mineral brasileira é "absolutamente essencial" para a economia do país. Ao mesmo, ressalta a necessidade de investimentos em segurança para que tragédias como as ocorridas em Mariana e Brumadinho não se repitam.

"Os insumos gerados pela mineração representam 5% do **PIB**, o que é muita coisa. Mas, numa atividade que movimenta muito dinheiro, espera-se um pouco mais de exigência do ponto de vista do rigor ambiental para esse tipo de atividade", comenta. "Vejo no Brasil a possibilidade de termos uma mineração de alta tecnologia, de absurda rentabilidade, mas com grandioso respeito pelo meio ambiente. Essas coisas precisam andar juntas para os desastres não ocorrerem. Todos os ganhos econômicos caem por terra com situações como as de Mariana e de Brumadinho", afirma Diniz.

César Diniz ressalta que a mineração industrial é um ramo da economia que vem evoluindo há algum tempo, buscando melhores resultados na atividade. "Então, o que a gente precisa é se esforçar para que as grandes mineradoras, assim como evoluíram absurdamente na sua capacidade de rendimento da extração mineral, façam da mesma forma uma evolução abrupta na importância dada à segurança dos seus trabalhadores, tão importantes quanto ao meio ambiente."

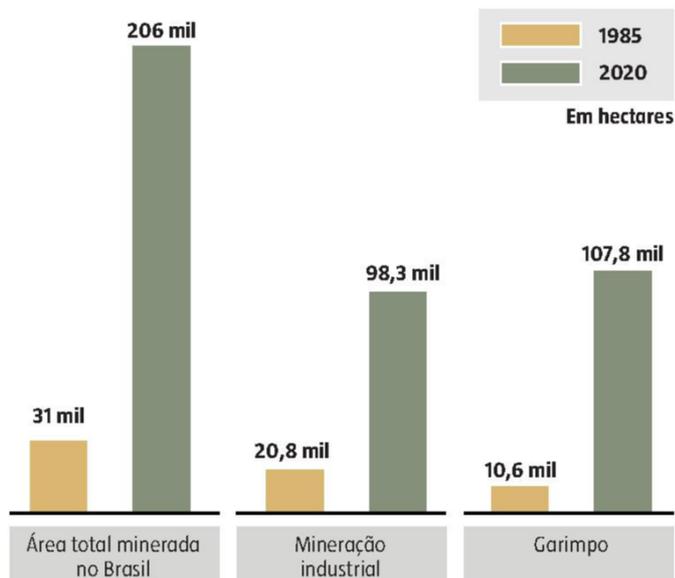
O analista do MapBiomas cobra maior atuação dos órgãos fiscalizadores para coibir irregularidades e mudanças na legislação brasileira para aumentar o rigor e punições. "A gente precisa fazer de fato, fazer um mecanismo de monitoramento. Não adianta, por exemplo, no caso dos garimpos, a gente esperar que eles se instalem para, então, verificar o dano in loco. E não adianta a gente esperar que mais barragens se rompam para se verificar como é a situação do saneamento dos problemas criados", comenta Diniz.

Site:

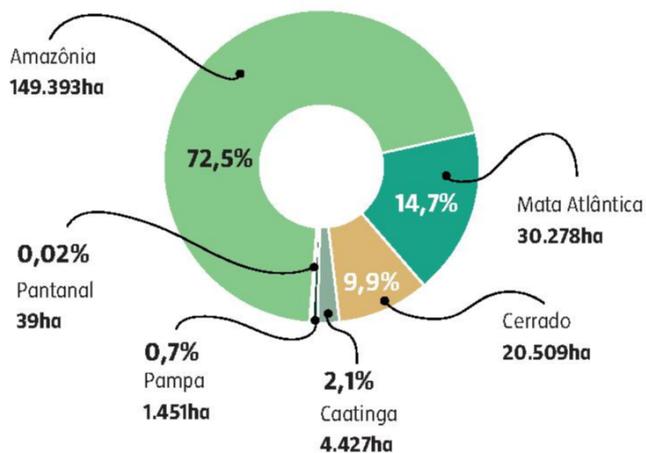
<https://digital.em.com.br/estadodeminas/30/08/2021/p10>

EM EXPANSÃO

O AVANÇO DA MINERAÇÃO NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 35 ANOS



DISTRIBUIÇÃO DA EXTRAÇÃO MINERAL POR TIPO DE BIOMA



MUNICÍPIOS MINEIROS COM AS MAIORES ÁREAS DE EXTRAÇÃO MINERAL



FONTE: MAPBIOMAS

Partidos temem Bolsonaro mais autoritário após 7 de Setembro



Bolsonaro empunha violão autografado por sertanejos como arma Alan Santos - 28.ago.21/PR

Julia Chaib, Marianna Holanda e Mateus Vargas Brasília

Presidentes de partidos em diferentes lados do espectro político temem que os protestos de 7 de Setembro aumentem o tom autoritário de Jair Bolsonaro.

Entre alguns auxiliares no Palácio do Planalto, existe o temor de que o discurso do presidente, que normalmente é feito de improviso, seja inflamado diante das ruas cheias.

Por esse motivo, eles têm atuado junto ao presidente para tentar convencê-lo da importância de fazer uma fala mais moderada.

Alguns interlocutores dizem acreditar que Bolsonaro pode se acalmar ao ver que tem ainda grande apoio por parte da população.

A adesão às manifestações, afirmam tanto aliados como adversários, representará um verdadeiro divisor de águas para testar a força do presidente neste momento.

O receio, inclusive de parlamentares que são da base governista no Congresso, é que, se essas manifestações forem grandes, podem legitimar os ataques que ele tem reiterado ao STF (Supremo Tribunal Federal) e levá-lo a reforçar seu discurso contra as instituições, podendo, inclusive, voltar a insistir no voto impresso, que já foi derrotado em votação pelo plenário da Câmara.

Um presidente de partido que prefere não ser identificado afirmou à Folha **temer** que seja instaurado um clima de estado de sítio, sobretudo por conta de uma eventual politização das polícias militares, possibilidade que já colocou em alerta os governadores.

Por outro lado, se os protestos acabarem sendo menores do que o esperado, poderiam ser o gatilho para manifestações contrárias a Bolsonaro -mesmo que o impeachment, hoje, tenha poucas chances de prosperar.

Aliados do presidente esperam um ato especialmente cheio na avenida Paulista, em São Paulo. A expectativa, afirmam, é que seja maior do que os protestos pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) vistos em 2015/2016.

Para o presidente do PSB, Carlos Siqueira, não há dúvida de que Bolsonaro vai usar o episódio para cacifar o próprio discurso.

"Não tenha dúvidas, ele não vai deixar por menos. Diante de uma multidão, se houver essa quantidade [de pessoas], e provavelmente haverá, ele vai certamente querer uma radicalização. Ninguém consegue conte-lo, é ilusão", disse Siqueira.

Para o dirigente do PSB, o país deveria estar mais preocupado neste momento em discutir a alta da **inflação**, o preço do gás e da gasolina, entre outras questões.

O deputado Baleia Rossi (MDB-SP), presidente nacional da sigla, segue na mesma toada.

"Precisamos de bons exemplos dos nossos governantes. Radicalizar seria penalizar ainda mais a população mais pobre que já sofre com a **inflação** nos alimentos e os aumentos sucessivos nos combustíveis, gás e energia", afirmou.

Os demais dirigentes partidários falaram à reportagem reservadamente. Apesar do temor da escalada de tom de Bolsonaro no dia seguinte ao feriado e da preocupação de governadores com insurgências nas suas PMs, eles reforçaram à Folha não ver risco de ruptura, pela avaliação de que as Forças Armadas não encampariam uma "aventura Bolsonaro".

O chefe do Executivo já afirmou em entrevistas que falará nos dois protestos de que pretende participar, em Brasília e em São Paulo. No segundo, ele prevê um discurso mais longo.

Auxiliares palacianos trabalham intensamente para que depois da data da Independência possa ser construída alguma saída para a atual crise institucional.

A expectativa é de retomada do encontro dos chefes dos Três Poderes, que acabou sendo cancelado pelo presidente do STF, Luiz Fux, depois de repetidos ataques de Bolsonaro à Corte. Para esquentar ainda mais os ânimos, o mandatário protocolou um pedido de impeachment do ministro Alexandre de Moraes.

Ministros da área política do governo garantem que estão empenhados em reconstruir as relações depois do feriado. Eles dizem acreditar que o presidente poderá aproveitar o capital político que colher nas ruas para se tranquilizar e repactuar com o Legislativo e o Judiciário.

Confiando em que não haverá arroubos autoritários na fala do presidente nem confusão nas ruas, um ministro disse à Folha que, no dia seguinte às manifestações, todos voltarão a trabalhar normalmente, sem qualquer mudança de rota.

Enquanto isso, o STF -principal alvo dos ataques de Bolsonaro- está em compasso de espera. Interlocutores de Fux dizem não haver qualquer interesse na retomada do encontro enquanto o clima não amainar.

Fux ainda aguarda os desdobramentos do 7 de Setembro para remarcar uma eventual reunião.

Apesar de interlocutores acreditarem que Bolsonaro desistiu, ao menos por enquanto, de apresentar um pedido de afastamento do presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), ministro Luís Roberto Barroso, ainda sobrevive um temor de que ele mude de ideia, após a pressão das ruas.

Em motociata realizada em Goiânia na última sexta-feira (27) durante o expediente, Bolsonaro passeou pela multidão que gritava "Supremo é o povo".

E mesmo que o cenário político considere encerrada a discussão sobre o voto impresso em Brasília, essa ainda será uma das bandeiras levantadas por bolsonaristas nos atos do feriado.

A PEC (proposta de emenda à Constituição) sobre o tema foi derrotada no plenário da Câmara, com 229

deputados a favor e 218 contra.

Para ser aprovada, uma PEC precisa do apoio de 308 parlamentares. A proposta chegou ao plenário por determinação do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), porque já havia sido derrotada na comissão especial, que chancela o texto antes de todos os deputados a analisarem.

O acordo de Lira com Bolsonaro era de que levaria o texto para o plenário e o mandatário respeitaria o resultado do painel de votação, o que não aconteceu exatamente-Bolsonaro continua defendendo essa pauta.

O placar foi considerado uma vitória para governistas, que esperavam uma derrota por margem muito maior, uma vez que presidentes de 11 partidos se engajaram contra a proposta.

De acordo com interlocutores do presidente, contudo, a principal vitória de Bolsonaro com o placar do voto impresso não foi mostrar apoio que teve dos deputados, mas demonstrar que está bem posicionado na Câmara caso tentem emplacar eventual pedido de impeachment.

Para o afastamento de um presidente, são necessários 342 votos. Para a PEC do voto impresso, Bolsonaro mobilizou apenas a base, mas não contou com esforços do centrão e nem da máquina, como emendas e cargos.

Mesmo excluindo alguns nomes da oposição que votaram a favor da proposta, como deputados do PSB, o presidente teria celebrado que precisaria de 113 votos para conseguir barrar um eventual processo. Lira já disse em mais de uma ocasião que não dará seguimento a nenhum dos mais de cem pedidos de impeachment de Bolsonaro.

"Não tenha dúvidas, ele não vai deixar por menos. Diante de uma multidão, se houver essa quantidade [de pessoas], e provavelmente haverá, ele vai certamente querer uma radicalização. Ninguém consegue contê-lo, é ilusão" Carlos Siqueira presidente do PSB

Os protagonistas do 7 de Setembro bolsonarista

RURALISTAS Quem são Sindicatos rurais, associações de produtores, movimentos nacionais como o Brasil Verde e Amarelo Pauta Avanço da área plantada, menos restrições ambientais, obras de infraestrutura

CAMINHONEIROS Quem são Lideranças regionais e caminhoneiros autônomos independentes, sem

coordenação unificada Pauta Redução do preço do diesel, reajuste da tabela do frete, diminuição do pedágio

POLICIAIS Quem são Associações de policiais militares da reserva, além de alguns da ativa que devem ir à paisana Pauta Defesa do governo Bolsonaro, melhores condições salariais, combate à ameaça esquerdista, críticas ao STF

MILITARES Quem são Associações de pessoal da reserva, como Clube Militar Pauta Defesa de temas conservadores em geral, utilização do artigo 142 da Constituição, críticas ao STF

EVANGÉLICOS Quem são Puxados pelo pastor Silas Mala faia, lideranças como Estevam Hernandes (Renascença em Cristo), César Augusto (Fonte da Vida) e Rina (Bola de Neve) convocaram fiéis a ocupar a avenida Pauta Respaldo ao presidente, defesa das liberdades religiosa e de expressão, críticas a valores progressistas, ataques ao STF

ATIVISTAS Quem são Grupos nacionais, como Nas Ruas, Avança Brasil e Foro Conservador, além de dezenas de movimentos regionais Pauta Voto impresso, defesa de valores conservadores, críticas ao STF, reeleição de Bolsonaro

OUTROS Quem são Grupos díspares, como motociclistas, monarquistas, integralistas e liberais econômicos Pauta Voto impresso, defesa de valores conservadores, críticas ao STF, reeleição de Bolsonaro, reformas econômicas, privatizações

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

53

A asfixia orçamentária da ciência (Editorial)

Criado há mais de cinco décadas para fornecer análises e subsídios destinados a orientar a formulação da política econômica do Poder Executivo, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) acaba de publicar um estudo que confirma o desprezo do governo Bolsonaro pela ciência.

Segundo o trabalho, realizado pela economista Fernanda De Negri, no ano passado a União investiu em ciência um volume de recursos inferior ao que destinou em 2009. Apesar da importância das pesquisas científicas num período de pandemia, em 2020 foram repassados R\$ 17,2 bilhões, ante R\$ 19 bilhões em 2009, em valores corrigidos pela inflação.

A redução do volume de recursos para a ciência atingiu órgãos estratégicos, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Além disso, há cinco meses o governo Bolsonaro desrespeitou uma lei complementar aprovada pelo Congresso, que impede o bloqueio de recursos de fundos que financiam projetos de desenvolvimento tecnológico.

Essa lei havia sido aprovada semanas antes pelo Congresso após pressão da comunidade científica. Entre os problemas causados pela aversão do governo à ciência destacase, por exemplo, o recente colapso da plataforma Lattes, do CNPq, que reúne informações sobre os trabalhos realizados por todos os pesquisadores brasileiros. Outro problema foi o corte de bolsas de pós-graduação no Brasil e no exterior, que atingiu mais de 2 mil cientistas com projetos já devidamente aprovados pelo CNPq.

A redução de recursos também dificultou a atuação da Capes, órgão encarregado da avaliação do sistema brasileiro de pós-graduação, cuja meta é formar 10 mil doutores por ano.

Igualmente, ameaça paralisar o supercomputador Tupã, do Inpe, responsável por previsões de tempo e clima, monitoramento de queimadas e emissão de

alertas climáticos. E ainda afetou o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Apesar de o CNPq, a Capes e o FNDCT responderem por 40% de todas as verbas da União para a ciência, seus recursos orçamentários vêm diminuindo e, além disso, sofrendo contingenciamento.

Ou seja, o CNPq, a Capes e o FNDCT perdem recursos e o que sobra ainda demora para ser repassado.

"Isso tem um forte impacto do ponto de vista da formação de ciência, o que afeta nossa capacidade de produção do conhecimento", diz Fernanda De Negri. "É uma sabotagem ao desenvolvimento.

Precisamos urgentemente de uma política científica que aponte o futuro. A fixação em limitar gastos com ciência a qualquer preço limita o crescimento do País a longo prazo", afirma o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Luiz Davidovich.

De fato, o desprezo do governo Bolsonaro pela ciência terá um custo alto para o País - a começar pelo fato de que leva à perda de competitividade da economia brasileira num momento em que as disputas no comércio mundial são cada vez mais acirradas. Esse desprezo também nega ao poder público informações estratégicas para a formulação de projetos de planejamento destinados a assegurar a inserção das novas gerações no mercado de trabalho. E ainda agrava o problema da "fuga de cérebros" - a saída do País de pesquisadores que, apesar de terem se pós-graduado com financiamento público, não encontram condições de trabalho em suas áreas de especialização. Eles vão trabalhar em países desenvolvidos que não investiram um centavo em sua formação.

Esse cenário de desmanche da pesquisa científica e tecnológica brasileira é o preço que o País está pagando por ser dirigido por um presidente da República que, além de ignaro e tempestivo, é um negacionista da ciência.

Redução do volume de recursos comprometerá desempenho econômico e a geração de empregos

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O "PIB" resolveu se posicionar contra os ataques à democracia (Artigo)

Sergio Vale

Escaldados como somos com promessas impossíveis de serem realizadas, nós economistas observamos as propostas do então candidato Bolsonaro em 2018 com certo assombro. Havia a indicação de um governo ultraliberal vindo à frente, mas o teor do que se propunha indicava mais falta de conhecimento de como Brasília funciona do que liberalismo real. Vender R\$ 1 trilhão em imóveis e privatizar quase tudo davam o tom do desconhecimento.

Não à toa, chegamos ao terceiro ano do mandato presidencial com muito pouco liberalismo e excesso de intervencionismo, a tônica do que tem sido o País nos últimos anos. A questão fiscal resume bem a situação, começando com o descuido em relação ao Orçamento deste ano e o imbróglio sobre como acomodar a regra do teto com os gastos esperados em 2022. O Centrão no domínio quase completo da política econômica tem dado a tônica das dificuldades.

Fosse de fato liberal, o foco teria sido gastar com o indivíduo, especialmente educação e saúde, áreas que foram as mais deixadas de lado pelo governo, e um cuidado extra com a avaliação dos programas que existem e que estão sendo implementados. Ser liberal é ter responsabilidade extra com o gasto público e um bom planejamento de reformas, tudo o que não se vê quando o foco se torna eleitoral e quando se vê uma reforma a toque de caixa como a da tributação da renda. Vale repetir: ser liberal não é apenas gastar dentro do teto, mas ser eficiente e focado no gasto que se precisa fazer.

Tivemos boas medidas implementadas, como a Lei de Independência do Banco Central e a Lei de Saneamento, mas algumas mudanças não tornam um governo liberal.

Caminhando para o seu fim, o governo Bolsonaro perdeu a chance de transformação fiscal que havia começado no governo **Temer** por causa da fraqueza intrínseca que nasce da forma como o presidente governa.

O dilema que enfrentamos é que tem sido vendido que esse governo é liberal, o que, ao não ser, coloca em risco alguém com propósitos realmente liberais. O governo Bolsonaro talvez tenha interditado a

possibilidade de viabilizar um candidato verdadeiramente liberal depois do desastre acumulado para o qual seu governo caminha.

E numa crescente intervencionista, o "**PIB**" finalmente resolveu se posicionar contra a última pá de cal de um governo que se chama de liberal, que é atacar a democracia.

Não existe nada mais antiliberal do que apelar para soluções fora da Constituição ou falsamente na Constituição. Com isso, o movimento crescente de repúdio da elite econômica vai crescer ainda mais enquanto o governo se mantiver em modo de confronto antidemocracia. E aprofundar por esse caminho fechará as portas políticas de Bolsonaro a partir de 2023.

ECONOMISTA-CHEFE DA MB ASSOCIADOS

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Garimpo cresce em áreas protegidas, aponta estudo



Mariana Hallal

A área de mineração no Brasil cresceu 564% entre 1985 e 2020, saltando de 31 mil hectares para 206 mil. Boa parte do aumento está ligada ao garimpo, que já ocupa área maior do que a mineração industrial e avança em unidades de proteção ambiental. Os dados resultam da análise de imagens de satélite com ajuda de inteligência artificial e foram divulgados pelo Map-Biomas, iniciativa que envolve universidades, ONGs e empresas de tecnologia.

A expansão do garimpo se deu, principalmente, nos últimos dez anos. Entre 1995 e 2009, a atividade avançava, em média, 1,5 mil hectares de área por ano. De 2010 a 2020, a expansão anual ficou na média de 6,5 mil hectares, passando de 38,4 mil hectares em 2010 para 107,8 mil em 2020. Os dados mais recentes mostram que 43% da área de mineração é ocupada por indústrias, enquanto 57% abriga garimpeiros.

Garimpo é uma forma de mineração mais artesanal, individual e sem maquinário sofisticado.

Geralmente é feito sem grandes planejamentos, focando no lucro imediato e não na exploração da mina em longo prazo, diferentemente da mineração industrial. A atividade é legalizada no Brasil, mas o garimpeiro precisa obter autorização do governo para exercê-la.

Os dados compilados pelo MapBiomas mostram que, nos últimos anos, o garimpo ilegal cresceu muito no País. Em 2020, pelo menos metade das áreas de garimpo estava fora da lei. Além da falta de permissão federal, outro fator que coloca o garimpeiro na ilegalidade é a exploração em locais proibidos, como terras indígenas e unidades de conservação.

Em 2020, 40% das áreas de garimpo estavam em unidades de conservação. O aumento da atividade nesses locais nos últimos dez anos foi de 301%. Nas terras indígenas, o crescimento foi de 495%, e elas concentravam 9,3% das áreas de garimpo no ano passado.

Os dados inéditos divulgados pelo MapBiomas foram gerados a partir do processamento e interpretação de informações do satélite americano Landsat.

Os pesquisadores extraíram e classificaram imagens com o uso de inteligência artificial. Depois, cruzaram esse mapeamento com as informações de bases de dados do governo.

A resposta para o avanço do garimpo pode estar na crise. Pedro Walfir, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA) e coordenador do Mapeamento de Mineração no MapBiomas, diz que em tempos de instabilidade econômica o preço do ouro tende a aumentar consideravelmente, atraindo garimpeiros.

"As bolsas de valores balançam e o ouro permanece um investimento tradicional, de baixo risco", explica.

Outro fator apontado é a falta de fiscalização no Brasil e em outros países da Amazônia. O bioma concentra 93,7% da área de garimpo no País. Walfir explica que essa atuação ilegal traz prejuízos sociais especialmente para indígenas, que entram em conflito para defender suas terras. Também traz danos aos próprios garimpeiros, uma vez que as condições de trabalho são quase sempre degradantes.

Outro problema do garimpo ilegal é o impacto ambiental. Os recursos hídricos sofrem com a atividade porque os rios recebem quantidade muito grande de mercúrio. Isso afeta a qualidade da água e a biota. "O poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil precisam se unir contra esse problema.

Se o colapso ambiental não for enfrentado, o futuro é muito sombrio", afirma Walfir.

Rinaldo Mancin, diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), reclama que a mineração industrial sofre dano de reputação pelo garimpo ilegal.

"Enfrentamos competição desleal com o garimpo. Há ainda o dano de concorrência, porque o garimpeiro invade a área já titulada pela mineradora e faz pressão para se instalar no local." Para Walfir, grandes empresas costumam ter plano de governança mais estruturado, para que seu produto seja bem avaliado no mercado, o que reduz riscos de danos em relação ao garimpo. "A mineração ainda é vista como uma atividade muito negativa, mas impacta menos que o agronegócio, quando feita de forma sustentável", diz.

Futuro. Walfir aponta ainda que, para deixar a mineração mais sustentável e migrar para uma economia de baixo carbono, o País precisa regulamentar a produção de minérios. "Caso contrário, vamos continuar emitindo gás carbônico ao suprimir florestas para extrair a substância mineral", diz.

Outro fator sobre a mineração industrial que tem mudado nos últimos anos é a demanda por maior responsabilidade social.

"Não adianta participar com 4% do PIB e não trazer melhoria de vida para as pessoas", diz o professor, que prevê a necessidade de mais envolvimento com as comunidades locais.

Segundo Mancin, do Ibram, há compromisso entre grandes mineradoras e sociedade para evitar acidentes como os das barragens de Mariana (2015), e de Brumadinho (2019), ambas em Minas. As duas tragédias deixaram 289 mortos e causaram graves danos ambientais. "Temos métricas bem definidas para evitar a qualquer custo o que for minimamente semelhante com aqueles acidentes", diz.

O Estadão tentou contato desde sábado com os ministérios de Meio Ambiente, Minas e Energia e a Fundação Nacional do Índio (Funai), mas não obteve resposta até 20h45 de ontem.

PARA ENTENDER

Terra indígena na pauta do STF

Está em análise no Supremo Tribunal Federal (STF) uma ação que afeta o futuro de 303 demarcações de terras indígenas no Brasil. A Corte vai determinar se cabe ou não aplicar sobre as demarcações novas ou em andamento a regra do "marco temporal".

No entendimento do marco temporal, defendido por alas ligadas ao agronegócio, a área só poderia ser demarcada como indígena se for comprovado que os índios estavam lá na data da promulgação da Constituição: 5 de outubro de 1988. Quem estivesse fora da área na data ou chegasse depois não teria direito à demarcação. O presidente Jair Bolsonaro já se manifestou contra criar novas unidades do tipo. Além da oposição de ambientalistas, cerca de 6 mil indígenas fizeram vigília na Esplanada dos Ministérios na semana passada.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Nova alta deve acrescentar mais 0,33 ponto no IPCA

Lucianne Carneiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993?page=1§ion=1

Defesa vai na contramão e ganha mais espaço no investimento público

Edna Simão

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993?page=1§ion=1

Mineração em áreas protegidas cresceu 300% na última década



Garimpo na região do Homoxi, na Terra Indígena Yanomami, exploração de minérios em áreas protegidas disparou na última década. Foto: Christian Braga/Alto21/Contraste



Terra Indígena Yanomami, que está entre as com mais áreas de garimpo

Phillippe Watanabe

A presença de garimpo em unidades de conservação e em terras indígenas explodiu nos últimos dez anos. Nas unidades, houve um salto de 30% na área de exploração de 2010 a 2020, e nos territórios indígenas, de 495%.

O garimpo nessas áreas de proteção está fortemente concentrado na Amazônia, que tem apresentado, anualmente, aumentos de desmatamento. O bioma concentra 72% da área minerada do país.

Cerca de 40% da área de garimpo em 2020 estava dentro de unidades de conservação, e 9%, em terras indígenas protegidas, mostram dados inéditos do MapBiomias Mineração, que acabam de ser divulgados.

É proibida a mineração em unidades de conservação e em terras indígenas.

A unidade de proteção ambiental líder em área de garimpos em seu interior é a APA (Área de Proteção Ambiental) do Tapajós, que é de uso sustentável.

Fazem parte do top 10 três parques nacionais (parna), que são áreas totalmente protegidas. São eles: parna do Rio Novo, parna do Jamanxim e parna Mapinguari.

As unidades de conservação do Jamanxim têm um histórico de grande pressão de desmatamento, em parte ligada à mineração. Em 2017, o Congresso chegou a aprovar a redução da proteção na região, mas a medida foi vetada, em meio à pressão popular, pelo então presidente Michel **Temer**.

Entre os territórios indígenas com maior área de garimpo, estão as terras indígenas Kaiapó e Mundurucu, ambas no Pará; e a Yanomami -outro local já com ampla documentação de mineração ilegal.

"O que nos saltou aos olhos foi a expansão da área minerada", diz Pedro Walfir, professor da UFPA (Universidade Federal do Pará) e coordenador do mapeamento de mineração no MapBiomias. "E quando cruzamos essa informação com terras indígenas e unidades de conservação, ficamos surpresos com a quantidade de área minerada em áreas proibidas." Segundo Walfir, o crescimento acentuado da mineração, como um todo, na última década e especialmente nos últimos quatro anos, pode estar relacionado com o aumento do preço do ouro.

No Brasil, em 2020, o ouro teve valorização de 56%. Em meio à pandemia da Covid e às instabilidades econômicas associadas, em Genebra houve relatos, em outubro do ano passado, de que os mais ricos compravam barras de ouro. Nos últimos cinco anos, o valor do metal saiu de patamares próximos a US\$ 1.200 por onça troy para chegar ao valor de US\$ 2.000 por onça troy em agosto de 2020.

O sucateamento de estruturas de fiscalização também pode ter um papel na ampliação dos garimpos no país. "O Brasil não tem hoje uma estrutura governamental capaz de fiscalizar o território a ponto de impedir a expansão da mineração", afirma o pesquisador.

Em 2019, o Ministério Público Federal pediu à Justiça a paralisação de garimpos e o cancelamento de processos de mineração em áreas protegidas. A Procuradoria apontou que a própria ANM (Agência Nacional de Mineração) vinha autorizando projetos de mineração dentro de unidades de conservação no Pará e registros minerários em terras indígenas.

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

Uma nota técnica do ICM-Bio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), mostrava que, há alguns anos, dentro das floras (floresta nacional) de Itaituba 1 e 2 -ambas presentes no top 10 do MapBiomas sobre unidades de conservação com elevada área de garimpo - , constavam 11 lavras disponíveis para exploração, 24 autorizações para pesquisa, 166 requerimentos para lavra e outros 30 pedidos de pesquisa. Considerando só Itaituba 2, em 2015, a ANM concedeu seis autorizações para garimpos de diamante e ouro.

Questionada à época, a ANM associou as irregularidades a "falhas de comunicação".

Também em 2019, ao comentar a presença de registros minerários em terras indígenas, a ANM afirmou não haver problemas na abertura dos processos.

"Se eu continuar com esse garimpo, nos próximos anos eu vou acabar com a floresta amazônica", diz Walfir, que destaca os danos irreversíveis ao bioma. "Quem vai pagar por isso é a sociedade e os próprios garimpeiros, que não têm uma vida digna. E ainda o dano ambiental pago pelo planeta."

Segundo o pesquisador, a saída é cobrar por uma mineração sustentável e industrial.

E aqui vale uma diferenciação feita pelo MapBiomas Mineração. Os dados da plataforma, com uso de milhares imagens de satélite e inteligência artificial, conseguem distinguir a mineração industrial do garimpo. Para o primeiro, desenvolvido por empresas, há uma estrutura mais bem planejada, uma área menor afetada e licenças necessárias.

"O mais grave é a mineração ilegal, artesanal. As pessoas simplesmente saem procurando. E para procurar elas precisam desmatar, desbarrancar áreas, soterrar rios, sem controle nenhum. E isso só vai parar quando economicamente não for mais viável", afirma Walfir. "O grau de devastação é enorme."

A necessidade de cobrança por uma mineração (que vai além da exploração do ouro) com menor impacto ambiental passa pela necessidade mineral que provavelmente decorrerá da economia de baixo carbono, segundo o pesquisador. Ele cita como exemplo o advento dos carros elétricos e dos metais necessários para produzir suas baterias.

"Eu vou precisar explorar metais. Mas não posso explorara qualquer custo, a custos social e ambiental irresponsáveis", afirma Walfir.

FHC, Sarney e Temer debatem terceira via e crise institucional

Andréa Jubé

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186993?page=1§ion=1